

CENTRO DE APOIO À ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROJETO:

**FORTALECENDO A REDE DE SAÚDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO:
CONSTRUINDO A BASE DE SERVIÇO DO COOPERATIVISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
CONVÊNIO MTE/SENAES N. 782757/2013**

SUBPROJETO:

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICO DA SITUAÇÃO DOS GRUPOS
E/OU EMPREENDIMENTOS PARTICIPANTES DO PROJETO EM TODAS AS REGIÕES DE
ABRANGÊNCIA DO PROJETO**

COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO nº 007/2014

PRODUTOS:

- 1. RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS NO
DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO SÓCIO E ECONÔMICO**
- 2. RELATÓRIO DE ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DOS GRUPOS E/OU
EMPREENDIMENTOS DIAGNOSTICADOS**

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICO DA SITUAÇÃO DOS GRUPOS E/OU EMPREENDIMENTOS PARTICIPANTES DO PROJETO EM TODAS AS REGIÕES DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

CONVÊNIO MTE/SENAES N. 782757/2013

- 1. RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS NO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO SÓCIO E ECONÔMICO**
- 2. RELATÓRIO DE ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DOS GRUPOS E/OU EMPREENDIMENTOS DIAGNOSTICADOS**

Data de entrega: 19 de outubro de 2015

Coordenação geral, sistematização, análise e relatoria: Prof.^a Dr.^a Ana Luisa Aranha e Silva

Coordenação técnica e sistematização dos dados: Thaís Fernandes Rojas

Heloísa Garcia Claro

Supervisão de Campo: Jana Pinto Koosah

Ricardo Santoro

Entrevistadores: Evelyn Sayeg

Fernanda Braz Tobias de Aguiar

Gabriela Ortale Silva

Júlia Bazani da Silva

Lucy Aparecida de Oliveira Martins

Priscila Silva Paulino

Wagner Yoshizaki Oda

Representantes do Instituto Integra: Isadora Candian dos Santos

Leonardo Penafiel Pinho

Solange Lima

Interessado: Instituto Integra para o Desenvolvimento

São Paulo/SP

COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO nº 007/2014

Objeto: Diagnóstico participativo da situação sócio econômico da situação dos grupos e/ou empreendimentos participantes do projeto em todas as regiões de abrangência do projeto “Fortalecendo a Rede de Saúde e Economia Solidária do Estado de São Paulo: Construindo a Base de Serviço do Cooperativismo Social e Economia Solidária e de Saúde e Economia Solidária do Estado de São Paulo.

Proponente: Centro de Apoio à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (CEAP-EE)

CNPJ: 13.523.056/0001-72

Nome do representante legal: Maria Madalena Januário Leite (Diretoria Administrativa)

CPF: 005.743.968-02

Endereço completo: Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 419, sala 02, 2º andar (Prédio da Biblioteca),
Cerqueira César, 05403-000 São Paulo – SP.

Telefone(s): 11-30618878/30617552

E-mail: ceapee@ceapee.com.br

1. Saúde Mental e Economia Solidária: articulação de políticas públicas para consolidar o *direito ao trabalho* de usuários de pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira

O processo de construção do *direito ao trabalho* para a parcela da população brasileira que é usuária de serviços de saúde mental remonta à luta dos movimentos sociais organizados pela democratização do país, na década de 1970, à promulgação da Constituição Federal de 1988, à luta pelo acesso ao *direito à saúde*, conquistado com a promulgação da Lei 8.080 de 1990 do Sistema Único de Saúde brasileiro, ao movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira, desde a década de 1980, e à conquista do *direito ao cuidado em liberdade* assegurado na Lei 10.261 de 07 de abril de 2001.

Entretanto, a conexão intrínseca entre a forma de organização do trabalho segundo o modo de produção capitalista - individual, competitivo, altamente especializado, e a *exclusão do jogo produtivo* de pessoas que vivem a experiência de sofrimento psíquico intenso e duradouro produziu esta evidência intransponível: menos valor, desrespeito e invalidação, desconfiança e falta de credibilidade, exclusão com isolamento social, empobrecimento de vida e de relações.

A história e as experiências demonstram que tal *exclusão produtiva* produz exclusão social, cultural e dos direitos básicos de cidadania, e não se reverte, para a imensa maioria dessas pessoas, sem a força de políticas públicas inclusivas e equânimes.

A contradição a ser superada desde sempre tem sido, no campo das práticas e da formulação de políticas públicas, a produção de um ambiente de trabalho real que admita a experiência individual do sofrimento psíquico e o exercício da potência para o trabalho dessa parcela da população brasileira.

A iniciativa de articulação da Saúde Mental com a Economia Solidária foi motivada por uma série de determinantes identificados pela Coordenação Nacional de Saúde Mental a partir do ano de 2004, entre os quais:

1. crescimento do número de experiências de geração de renda em todo o território nacional;
2. a maioria das experiências (130 – cento e trinta) cadastradas no Ministério da Saúde localizavam-se nas Regiões Sul e Sudeste (à época);
3. os movimentos sociais organizados da saúde mental reivindicavam uma política para o setor (Brasil, 2012; Aranha e Silva, 2012).

O objetivo desta articulação foi produzir processos e estratégias cujo horizonte é

construir um efetivo lugar social para as pessoas com transtornos mentais e/ou transtornos decorrentes ao uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas por

meio de ações capazes de ampliar a autonomia e melhorar as condições concretas de vida. Dessa parceria, MS e MTE nasceu a Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária (Brasil, 2012, Aranha e Silva, 2012).

São marcos para a formulação das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária:

- a. Lei Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais;
- b. 1ª Oficina Nacional de Experiências de Geração de Trabalho e Renda de Usuários de Serviços de Saúde Mental, promovida pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, realizada em Brasília, em 2004;
- b. Portaria nº 1.169, de 07 de julho de 2005, que destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam programas de inclusão social pelo trabalho, revogada pela Portaria 132, de 26 de janeiro de 2012;
- c. Conferência Temática sobre Cooperativismo Social, realizada em Brasília, em 2010;
- d. V Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, realizada Brasília, em 2010;
- e. II Encontro Nacional de Experiências de Geração de Trabalho e Renda da Saúde Mental: Rumo ao Cooperativismo Social, realizado no Rio de Janeiro, em 2011;
- e. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Desta forma, as diretrizes de uma Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária orientam para uma forma de organização do trabalho para esta parcela da população brasileira que admita, estimule, proporcione e fomenta:

fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, investimento nas potencialidades dos sujeitos envolvidos nos diversos projetos de geração de trabalho e renda (formação política e técnica), investimento financeiro e teórico para incubação dos empreendimentos, estratégias de reconhecimento das atividades produtivas adequadas aos locais e sujeitos participantes, e parcerias com outros projetos, empreendimentos e sociedade civil organizada para a construção de redes solidárias (Culti, 2007).

a. A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo

Um breve histórico da origem da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo está documentado no seu portal digital¹:

A Rede é resultado de um conjunto de atividades organizadas entre a Saúde Mental e a Economia Solidária. Mas, foi a partir de uma aproximação de projetos/empreendimentos da saúde mental com o Fórum Paulista de Economia Solidária que a Rede foi se constituindo e, está atualmente em processo de afirmação e desenvolvimento.

No ano de 2008, duas atividades de discussão e formação entre atores da Reforma Psiquiátrica marcaram a agenda desses encontros: as atividades contaram com a presença do Prof. Dr. Valmor Schiochet, do Núcleo de Programas Sociais da Superintendência Regional do Trabalho - SP, além do Fórum Paulista de ECOSOL. As atividades ocorreram no Programa de Pós Graduação de Enfermagem – USP e no CAPS Itaim Bibi.

A partir dessas atividades diversos projetos de geração de trabalho e renda, empreendimentos, associações, pesquisadores, usuários e técnicos da saúde mental começaram a se organizar e realizar reuniões quinzenais para a formação da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária.

Uma das iniciativas foi a elaboração de um questionário e a sua distribuição para preenchimento pelos projetos com o intuito de mapear essas iniciativas e, identificar as principais características dos mesmos; suas necessidades e realizações.

Atualmente os projetos/empreendimentos mapeados já contam com um total de 180 trabalhadores envolvidos e mais de três dezenas de técnicos.

Para o ano de 2009, a Rede em parceria com o FPES, o Programa de Pós Graduação de Enfermagem-USP, o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Saúde Mental e Economia Solidária da USP e o Núcleo de Programas Sociais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SP organizou um Curso de Formação para 25 multiplicadores entre usuários e técnicos da saúde mental, voltados a potencializar a Rede e suas ações econômicas, sociais e culturais. Esse curso está marcado para iniciar suas atividades no dia 07 de março. Os 25 multiplicadores buscarão trabalhar junto aos projetos/empreendimentos através da constituição de atividades conjuntas de formação técnica, comercialização e troca de conhecimentos e tecnologias.

Os objetivos da Rede que apontamos como importantes:

- *Criar e organizar um banco de dados de projetos de geração de renda;*
- *Capta recursos para comercialização e divulgação;*
- *Oferecer suporte para que estes projetos se profissionalizem;*
- *Fortalecer os projetos através de rede de apoio;*
- *Criar um campo de conhecimento com discussão da produção teórica já existente e criar novos dispositivos teóricos;*

¹Texto extraído na íntegra de: <http://saudeecosol.org/sobre-a-rede/about-2/> Visitado em 17/10/2015 às 11h16.

- *Contribuir para ampliar o conhecimento sobre a SM na sociedade.*
- *Pressionar o poder público para a criação de uma política pública de financiamento para as iniciativas de geração de trabalho e renda.*

A promulgação da Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial, RAPS, e o seu componente VII, da Reabilitação Psicossocial, colocou uma luz um pouco mais intensa na constatação assinalada acima sobre a *exclusão produtiva que produz exclusão social, cultural e dos direitos básicos de cidadania*, e a necessária superação desta condição, por meio de ações concretas.

A presença de trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção da RAPS nos espaços públicos da cidade contribui para sua inclusão no jogo produtivo e favorece o desenvolvimento de novas formas de pensar novas estratégias de cuidado e produção de emancipação das pessoas (todas) envolvidas neste campo.

Atualmente, apenas 06 (seis) anos após sua criação, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, a Rede, está organizada em 07 (sete) Regiões do Estado de São Paulo e é um coletivo que alberga 1.588 (hum mil, quinhentas e oitenta e oito) pessoas que estão envolvidas nas atividades dos 132 (cento e trinta e dois) projetos, oficinas de geração de trabalho e renda ou empreendimentos econômicos solidários da Rede detectados neste Diagnóstico.

A Rede pode ser considerada um movimento social organizado que tem o objetivo de aumentar o potencial de renda dos participantes por meio da inclusão produtiva; produzir autonomia, emancipação e exercício da cidadania; reduzir a situação de vulnerabilidade pessoal e social; fomentar a lógica do trabalho cooperado e associado; resgatar valores da cultura local com formas sustentáveis de produção por meio da organização solidária do trabalho.

b. Bases jurídicas e legislativas sobre o *direito ao trabalho* no campo da saúde mental

A organização de empreendimentos e de redes solidárias de produção, comercialização e consumo para esta população tem forte sustentação jurídica e legislativa:

1. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, no seu Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados;
2. Lei nº 8080, do Sistema Único de Saúde brasileiro; No Capítulo das Disposições gerais, no seu Art. 03: Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País,

- tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais;
3. Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a reorientação do modelo assistencial no seu Art. 1º: Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra;
 4. Portaria n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece a constituição dos CAPS por nível de complexidade e dispõe acerca do funcionamento de tais serviços com a criação de mecanismos próprios de financiamento;
 5. As recomendações contidas no Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, realizada em 2010;
 6. Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010 que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências;
 7. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde; nos seus Art. 4º: São objetivos específicos da Rede de Atenção Psicossocial: Parágrafo IV - promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária; Art. 5º: A Rede de Atenção Psicossocial é constituída pelos seguintes componentes: Parágrafo VII - reabilitação psicossocial; Art. 6º: São pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção básica em saúde os seguintes serviços: III - Centro de Convivência: é unidade pública, articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à Rede de Atenção Psicossocial, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade; Art. 7º: que define que o ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial; o Art. 12º que define: O componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda/ empreendimentos solidários/cooperativas sociais e sua § 1º define as ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial, por meio da inclusão produtiva,

formação e qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/ cooperativas sociais e § 2º: As iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais de que trata o § 1º deste artigo devem articular sistematicamente as redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares;

8. Portaria nº 132 de 26 de janeiro de 2012 que institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento do componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.

A realização do Diagnóstico Participativo da situação socioeconômica dos grupos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho e/ou empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos nos serviços e saúde mental, públicos ou privados, ou independentes, e que são vinculados à Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, é uma ação fundamental para o avanço de suas organizações, para a eleição de metas que aperfeiçoem suas atividades econômicas e para o aprimoramento das políticas públicas para o setor.

2. Objetivos do Diagnóstico Participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo

O objetivo geral é realizar o diagnóstico da situação socioeconômica dos empreendimentos econômicos solidários Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo.

Os objetivos específicos são:

- a. Aplicar o Instrumento Diagnóstico participativo socioeconômico nos grupos e/ou empreendimentos participantes do Projeto Redes nas 07 (sete) Regiões de abrangência do Projeto;
- b. Sistematizar e avaliar os dados encontrados no Diagnóstico participativo socioeconômico;
- c. Elaborar análise de viabilidade econômica dos grupos e/ou empreendimentos diagnosticados.

3. Metodologia

3.1. Estudo quantitativo, descritivo, de corte transversal tipo Censo

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, de corte transversal tipo Censo. Os dados foram coletados com 132 (cento e trinta e dois) grupos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho e empreendimentos de economia solidária, EES, entre os meses de maio a setembro de 2015 (Anexos 1 e 2).

Para realizar o Diagnóstico Participativo da situação socioeconômica dos grupos da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, albergado no Projeto Redes², optou-se pela realização de um estudo de corte transversal tipo Censo porque este tipo de estudo “tem como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil apud Barros, 2008).

Por outro lado, vários pontos deste projeto de pesquisa convergem para a finalidade da pesquisa participante, uma vez que as “experiências junto a grupos e movimentos sociais, para as quais conhecer a realidade é condição de sua transformação, [temos feito] apelo à metodologia da pesquisa participante (Oliveira, 1986), porque

na perspectiva libertadora [...] a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta (Freire, 1986).

Borda (1986) propõe os seis princípios metodológicos da pesquisa participante que orientam a postura e a ética na realização deste estudo:

1. Autenticidade e compromisso: “nas lutas populares há sempre um espaço para os intelectuais, técnicos e cientistas como tais, sem que seja preciso que se disfarcem como camponeses ou operários de origem”. O que se tem a demonstrar honestamente é o compromisso com “a causa popular perseguida por meio da contribuição específica de sua própria disciplina, sem negar completamente essas disciplinas” (Borda, 1986);
2. Antidogmatismo: respeitar o processo de construção de conhecimento pois se “o intelectual engajado, ou o núcleo de liderança, se tornam dogmáticos em seu trabalho, podem estar formando antes uma ciência *para o povo*, como ela sempre foi concebida nos

² Projeto Fortalecendo a Rede de Saúde e Economia Solidária do Estado de São Paulo: construindo a base de serviço do cooperativismo social e economia solidária. Contrato de Prestação de Serviços N.º 001/2014. Cotação Prévia de Preço N.º 007/2014. CONVÊNIO N.º 782757/2013 M.T.E/SENAES. Contrato celebrado entre INSTITUTO INTEGRA PARA O DESENVOLVIMENTO e o CENTRO DE APOIO À ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO CEAP EE para execução de Diagnóstico Participativo da Situação Sócio Econômica dos Grupos e/ou Empreendimentos Participantes do Projeto em todas as regiões de abrangência, no âmbito do projeto: 'FORTALECENDO A REDE DE SAÚDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO: CONSTRUINDO A BASE DE SERVIÇO DO COOPERATIVISMO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA', CONVÊNIO 782757/2013 M.T.E/SENAES.

- círculos de classe dominantes e transmitida às massas de maneira tradicional (Borda, 1986);
3. Restituição sistemática: trata-se de equilibrar o “peso” dos valores dos grupos sociais com o dos novos possíveis saberes construídos, considerando e respeitando o repertório inicial destes grupos;
 4. Feedback para os intelectuais orgânicos: de um lado, os pesquisadores comprometem-se com prática no campo, contatos com os grupos de base e seus problemas concretos e de outro, as lideranças buscam respostas para reivindicações, exigem e oferecem clareza e precisão na exposição teórica, fazem observações pertinentes e necessárias sobre a aplicabilidade da teoria no contexto imediato, fazem uma descrição vívida e fiel dos processos sociais locais, entre outras ações;
 5. Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão: este é o movimento que permite que os conhecimentos se movam “como uma espiral contínua em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecido para o desconhecido, em contato permanente com as bases sociais” (Borda, 1986);
 6. Ciência modesta e técnicas dialogais: o pesquisador deve “abandonar a arrogância do erudito, aprender a ouvir [e respeitar] discursos em diferentes sintaxes culturais, adotar a humildade dos que realmente querem aprender e descobrir”; “romper com a simetria das relações sociais”; “incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços da pesquisa” (Borda, 1986).

Este é o norte ético e metodológico desta pesquisa.

Os dados foram analisados por meio do Programa SPSS™ versão 22 para Windows 7™. Foram calculadas as frequências simples e absolutas das variáveis categóricas, bem como média, mediana valor mínimo e máximo para as variáveis numéricas.

A discussão e análise qualitativa dos dados aferidos buscou o diálogo com as referências e dados do Atlas de Economia Solidária do Brasil, conceitos da reabilitação psicossocial como cidadania políticas públicas de saúde mental e com os princípios da Economia Solidária: arranjos produtivos, cooperação, autogestão e solidariedade.

3.2 Os informantes, os cenários e o Instrumento de coleta dos dados

Tabela 1. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, por Região e Município. 2015.

REGIÃO	MUNICÍPIO
REGIÃO 1	TABOÃO DA SERRA, BARUERI, EMBÚ DAS ARTES, OSASCO, ITAPEVI
REGIÃO 2	BOTUCATU
REGIÃO 3	CAMPINAS
REGIÃO 4	SÃO BERNARDO DO CAMPO, SANTO ANDRÉ E MAUÁ
REGIÃO 5	RIO CLARO, SÃO CARLOS E PIRACICABA
REGIÃO 6	SÃO PAULO: REDINHA CENTRO
REGIÃO 6	SÃO PAULO: REDINHA LESTE
REGIÃO 6	SÃO PAULO: REDINHA OESTE
REGIÃO 6	SÃO PAULO: REDINHA NORTE
REGIÃO 6	SÃO PAULO: REDINHA SUL E SUDESTE
REGIÃO 7	GUARULHOS E MOGI DAS CRUZES

Fonte: Projeto Redes da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2014.

3.3 Procedimentos de coleta e tratamento dos dados

Um estudo com característica censitária demanda um conjunto de arranjos metodológicos, logísticos e de financiamento. Optou-se por procedimentos públicos e transparentes de seleção da equipe de coletadores, supervisores de campo e coordenadores técnicos.

Este procedimento foi possível graças ao convênio celebrado entre o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Saúde Mental e Economia Solidária da USP e o Centro de Apoio à Escola de Enfermagem da USP, CEAP-EEUSP, responsável pela gestão financeira do projeto, divulgação e convocação dos processos seletivos.

O CEAP-EEUSP é o executor do Edital COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO nº 007/2014, Edital, do Instituto Integra, proprietário do Projeto Redes, com financiamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Grupo Interdisciplinar de Estudos de Saúde Mental e Economia Solidária da USP submeteu o Projeto “Diagnóstico Participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de

São Paulo” ao Instituto Integra e após a aprovação e publicação do resultado do Edital, deu início aos procedimentos éticos (Anexo 4).

Etapa 1: Janeiro a abril de 2015

- I. Composição do grupo de entrevistadores, supervisores de campo e coordenação técnica da pesquisa por meio de seleção pública com a Publicação do Edital do CEAP-EEUSP para abertura de Processo público para a seleção da equipe de 07 (sete) coletadores, 02 (dois) supervisores de campo e 02 (duas) coordenadoras técnicas da pesquisa, entre janeiro de fevereiro de 2015, que atenderam aos critérios:
 1. Interesse em aprofundar conhecimentos já existentes sobre o tema ou adquiridos no processo, justificado por meio de carta de intensão;
 2. Disponibilidade para visitar as 07 (sete) Regiões, conforme previsto no Edital;
- II. Os integrantes da equipe participaram, após a seleção, de um total 16 (dezesesseis) encontros do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Saúde Mental e Economia Solidária para alinhamento conceitual sobre o tema saúde mental, cooperativismo social e economia solidária, elaboração e revisão do Instrumento de coleta de dados, organização do trabalho e distribuição de coletadores por Regiões, implantação de dados na Plataforma Google Drive, obtenção de impressos, entrega de Instrumentos preenchidos;
- III. Submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP e na Plataforma Brasil em janeiro de 2015;
- IV. Finalização do processo de elaboração do Instrumento Diagnóstico, compatível com o Programa SPSS™ versão 22 para Windows 7™, em colaboração com parceiros e uma representante do Instituto Integra, tendo como referência as metas do Projeto e do Edital;
- V. Eleição da Plataforma Digital Google Drive para implantação e alimentação do banco de dados pelos pesquisadores.

Este processo demandou um tempo aproximado de 50 (cinquenta) horas de trabalho.

Disponível em: <https://goo.gl/01W5iL>

Etapa 2: Maio a outubro de 2015

- I. Entrega do Instrumento de Coleta de dados ao Instituto Integra;
- II. Aplicação de 132 (cento e trinta e dois) Instrumentos Diagnósticos para o levantamento dos dados dos grupos e/ou empreendimentos participantes do projeto nas 07 (sete) Regiões de abrangência do projeto:

1. Aplicação presencial do instrumento diagnóstico em 127 (cento e vinte e sete) projetos;
 2. Aplicação por telefone do Instrumento Diagnóstico em 05 (cinco) projetos;
 3. Visita presencial dos pesquisadores e coordenação aos projetos;
- III. Hospedagem dos dados na Plataforma Google Drive, pelos coletadores, para construção e alimentação do banco de dados e realização de tratamento dos dados pelo Programa SPSS™ versão 22 para Windows 7™;
- IV. Disponibilização de fotos do processo de coleta dos dados. Disponível em: <https://goo.gl/01W5iL>
- V. Entrega dos 132 (cento e trinta e dois) produtos pelo CEAP-EEUSP ao Instituto Integra:
1. 1ª Leva - 27/07/2015 - 48 instrumentos;
 2. 2ª Leva - 28/08/2015 - 45 instrumentos;
 3. 3ª Leva - 25/09/2015 - 39 instrumentos;
- VI. Filtragem dos dados correlatos às metas e objetivos do projeto, análise dos dados quantitativos por tratamento estatístico, análise transversal dos dados qualitativos tendo como referência as metas e etapas do projeto em outubro de 2015;
- VII. Finalização do Relatório de sistematização e avaliação dos dados levantados no diagnóstico participativo socioeconômico e do Relatório de análise de viabilidade econômica dos grupos e/ou empreendimentos diagnosticados em outubro de 2015.

Tabela 2. Forma de preenchimento do Instrumento de coleta dos dados e características das entrevistas. 2015.

FORMA DE PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	N	%
Instrumento preenchido apenas com trabalhadores do empreendimento	14	11%
Instrumento preenchido com poucos participantes do empreendimento (tanto técnicos quanto trabalhadores) em reunião extraordinária	9	7%
Instrumento preenchido com poucos participantes do empreendimento (tanto técnicos quanto trabalhadores) em reunião ordinária	4	3%
Instrumento preenchido em conjunto com coordenadores, técnicos e trabalhadores do empreendimento	13	10%
Instrumento preenchido em local agendado	1	1%
Instrumento preenchido em reunião com coordenadores ou técnicos somente	30	23%
Instrumento preenchido em reunião do empreendimento, com participação de todos ou de diversos membros	20	15%
Instrumento preenchido em reunião extra, agendada somente para a coleta, com participação de todos ou de diversos membros	17	13%
Preenchido com empreendedor individual	4	3%
Preenchido em evento da rede (rede, redinha, copa da inclusão)	15	11%
Telefone	5	4%
TOTAL	132	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

4. Resultados

Tabela 4. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo, por Região, Município e Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda, empreendimento econômicos solidários. 2015.

REGIÃO	MUNICÍPIOS	COLUNA 1 Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda, empreendimento econômicos solidários informados <i>MARCO-ZERO=n</i>	COLUNA 2 Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda, empreendimento econômicos solidários <i>ESTIMADOS=n</i>	COLUNA 3 Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda, empreendimento econômicos solidários <i>DETECTADOS=n</i>	
REGIÃO 01	Taboão da Serra, Barueri, Embú das Artes, Osasco e Itapevi	07	10	03	2,27%
REGIÃO 02	Botucatu	05	10	06	4,55%
REGIÃO 03	Campinas	14	15	16	12,12%
REGIÃO 04	São Bernardo do Campo, Santo André e Mauá	10	15	14	10,61%
REGIÃO 05	Rio Claro, São Carlos e Piracicaba	09	10	07	5,30%
REGIÃO 06	São Paulo Centro Leste Norte Oeste Sul e Sudeste	84	80	74 16 15 13 15 15	56,06%
REGIÃO 07	Guarulhos, Mogi das Cruzes	06	10	12	12,12%
TOTAL		135	150	132	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 5. Região 1. Taboão da Serra, Barueri, Embú das Artes, Osasco, Itapevi. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

NOME DO EMPREENDIMENTO		CIDADE
1.	PAPELARTE	BARUERI
2.	TALENTOS CAPS II BARUERI	BARUERI
3.	TENDARTE ASSESSÓRIOS FEMININOS E BRINQUEDOS ARTESANAIS	OSASCO

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 6. Região 2. Botucatu. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

NOME DO EMPREENDIMENTO		CIDADE
1.	ARTE E CONVÍVIO CAFÉ	BOTUCATU
2.	ARTE E CONVÍVIO HOJE	BOTUCATU
3.	ARTE EM CACOS - OFICINA DE MOSAICO DA ASSOCIAÇÃO ARTE E CONVÍVIO	BOTUCATU
4.	BRECHÓ - ARTE E CONVÍVIO	BOTUCATU
5.	OFICINA DE COSTURA ENTRELINHAS - ARTE E CONVÍVIO	BOTUCATU
6.	OFICINA DE ENCADERNAÇÃO NAVEGANDO NA ARTE - ARTE E CONVÍVIO	BOTUCATU

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 7. Região 3. Campinas. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

NOME DO EMPREENDIMENTO		CIDADE
1.	GRUPO ROSA	CAMPINAS
2.	HARMONIA DOS SABORES	CAMPINAS
3.	MULHERES DO BASSOLI	CAMPINAS
4.	OFICINA AGRÍCOLA	CAMPINAS
5.	OFICINA DE COSTURA	CAMPINAS
6.	OFICINA DE CULINÁRIA E EVENTOS	CAMPINAS
7.	OFICINA DE CULINÁRIA E NUTRIÇÃO	CAMPINAS
8.	OFICINA DE LADRILHO HIDRÁULICO	CAMPINAS
9.	OFICINA DE MARCENARIA	CAMPINAS
10.	OFICINA DE SERRALHERIA	CAMPINAS
11.	OFICINA DO PAPEL ARTESANAL	CAMPINAS
12.	OFICINA GRÁFICA	CAMPINAS
13.	OFICINA HARMONIA	CAMPINAS
14.	OFICINA SABOR DA VIDA	CAMPINAS
15.	OFICINA TRANSFORMAÇÃO MOSAICO	CAMPINAS
16.	OFICINA VITRAL ARTESANAL	CAMPINAS

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 8. Região 4. São Bernardo do Campo, Santo André e Mauá. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

NOME DO EMPREENDIMENTO		CIDADE
1.	ANTES ARTE DO QUE TARDE	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.	ARTEAROMA.COM	SANTO ANDRÉ
3.	BATUCAPS PRIMAVERA	MAUÁ
4.	BELISC (CULINÁRIA)	SANTO ANDRÉ
5.	C.U.P.I.N.S - CENTRAL UNIDA DE PESSOAS INVENTANDO NOVAS SAÍDAS	SANTO ANDRÉ
6.	DIART	SANTO ANDRÉ
7.	LANCHONETE Q'SABOR	SÃO BERNARDO DO CAMPO
8.	MATER OFICINA	SÃO BERNARDO DO CAMPO
9.	ORQUIFLORA	SÃO BERNARDO DO CAMPO
10.	PANOS E LINHAS	SANTO ANDRÉ
11.	RANGO MONSTER	SÃO BERNARDO DO CAMPO
12.	REAPRENDENDO A VIVER	SÃO BERNARDO DO CAMPO
13.	REFAZER ARTE MADEIRA	SANTO ANDRÉ
14.	UAU IMAGENS	SANTO ANDRÉ

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 9. Região 5. Rio Claro, São Carlos e Piracicaba. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

NOME DO EMPREENDIMENTO	CIDADE
1. A HORTA SOLIDÁRIA	RIO CLARO
2. HORTA COLHENDO SENTIDOS	RIO CLARO
3. JORNAL TÔ PENSANDO	RIO CLARO
4. OFICINA DE ARTESANATO	RIO CLARO
5. OFICINA DO BRINQUEDO	RIO CLARO
6. PADARIA ARTESANAL LOUCOS POR PÃO	RIO CLARO
7. TEATRO NOVO CAMINHO	RIO CLARO

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 10. Região 7. Guarulhos e Mogi das Cruzes. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

NOME DO EMPREENDIMENTO		CIDADE
1.	CECCO VILA GUARANI	GUARULHOS
2.	LERIANDO ARTES	GUARULHOS
3.	NOSSO JARDIM	GUARULHOS
4.	OFICINA DE ENCADERNAÇÃO	GUARULHOS
5.	OFICINA DE MARCENARIA	GUARULHOS
6.	OFICINA DE MOSAICO	GUARULHOS
7.	OFICINA DE PAPEL RECICLADO ARTESANAL	GUARULHOS
8.	OFICINA DE SERIGRAFIA	GUARULHOS
9.	OFICINA DE TEAR E COSTURA	GUARULHOS
10.	OFICINA DE VITRAL	GUARULHOS
11.	SABOR, SAÚDE E SUSTENTO	GUARULHOS
12.	CROCHÊ/MARCENARIA	ALTO TIETÊ/MOGI DAS CRUZES

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 11. Região 6. São Paulo: Redinha Centro. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

	NOME DO EMPREENDIMENTO	REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	CIDADE
1.	ARTE DE MENINA	CENTRO	SÃO PAULO
2.	ASSOCIAÇÃO VIDA ATIVA	CENTRO	SÃO PAULO
3.	ATELIER DA AMANDINHA	CENTRO	SÃO PAULO
4.	BARCASSA	CENTRO	SÃO PAULO
5.	CONFIARTE	CENTRO	SÃO PAULO
6.	COPIADORA	CENTRO	SÃO PAULO
7.	DE LÁ DO CENTRO	CENTRO	SÃO PAULO
8.	ECOARTEMELCHUNG	CENTRO	SÃO PAULO
9.	GIRO DEZ	CENTRO	SÃO PAULO
10.	IAPAI ARTES	CENTRO	SÃO PAULO
11.	KATITA	CENTRO	SÃO PAULO
12.	LOJINHA	CENTRO	SÃO PAULO
13.	OFICINA DE COSTURA	CENTRO	SÃO PAULO
14.	OFICINA DOS ANJOS	CENTRO	SÃO PAULO
15.	TERAPIA DO SABOR/DE LÁ DO CENTRO	CENTRO	SÃO PAULO
16.	TRABALHADORES DA HORA	CENTRO	SÃO PAULO

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 12. Região 6. São Paulo: Redinha Leste. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

	NOME DO EMPREENDIMENTO	REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	CIDADE
1.	A VAIDOSA	ZONA LESTE	SÃO PAULO
2.	ACONCHEGO	ZONA LESTE	SÃO PAULO
3.	ARTEIROS AROMA BRASIL	ZONA LESTE	SÃO PAULO
4.	DORA ARTES	ZONA LESTE	SÃO PAULO
5.	FANTASIART	ZONA LESTE	SÃO PAULO
6.	FEITO POR MIM, DIVIDIDO POR NÓS	ZONA LESTE	SÃO PAULO
7.	FIOS E NÓS	ZONA LESTE	SÃO PAULO
8.	FUXICARIA DA DRI	ZONA LESTE	SÃO PAULO
9.	GERA ARTE	ZONA LESTE	SÃO PAULO
10.	GRUPO COLIBRI	ZONA LESTE	SÃO PAULO
11.	GRUPO DE MULHERES	ZONA LESTE	SÃO PAULO
12.	JUNTANDO OS CACOS	ZONA LESTE	SÃO PAULO
13.	NOEME'S ARTS	ZONA LESTE	SÃO PAULO
14.	RESPIRART	ZONA LESTE	SÃO PAULO
15.	VIDA SAUDÁVEL	ZONA LESTE	SÃO PAULO

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 13. Região 6. São Paulo: Redinha Norte. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

	NOME DO EMPREENDIMENTO	REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	CIDADE
1.	ALA LOUCOS PELA X	ZONA NORTE	SÃO PAULO
2.	CHEF'S EM AÇÃO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
3.	DEDICADO AO SABOR- ARRUMAÇÃO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
4.	DOCE DELÍRIO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
5.	EMPÓRIO MIX	ZONA NORTE	SÃO PAULO
6.	ILZA SIMPLES ASSIM	ZONA NORTE	SÃO PAULO
7.	GRITO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
8.	MAIS ARTES - ARRUMAÇÃO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
9.	MENTES EM CONSTRUÇÃO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
10.	MOSAICO SUSTENTÁVEL	ZONA NORTE	SÃO PAULO
11.	OFICINA DE MOSAICO	ZONA NORTE	SÃO PAULO
12.	QUILOMBOLAHOJE	ZONA NORTE	SÃO PAULO
13.	RADIO WEB DELÍRIO COLETIVO	ZONA NORTE	SÃO PAULO

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 14. Região 6. São Paulo: Redinha Oeste. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

	NOME DO EMPREENDIMENTO	REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	CIDADE
1.	ARTE DECOUPAGE	ZONA OESTE	SÃO PAULO
2.	BAR SACI	ZONA OESTE	SÃO PAULO
3.	BIBILILICA	ZONA OESTE	SÃO PAULO
4.	BRECHÓ ARCA DA FUZARCA	ZONA OESTE	SÃO PAULO
5.	CARINHO FEITO A MÃO	ZONA OESTE	SÃO PAULO
6.	GRUPO DE MÚSICA MOSAICO - PROJETO TALENTO À BEÇA	ZONA OESTE	SÃO PAULO
7.	LIVRARIA LOUCA SABEDORIA	ZONA OESTE	SÃO PAULO
8.	O BAR BIBITANTÃ	ZONA OESTE	SÃO PAULO
9.	OFICINA DE DESENHO E PINTURA - PROJETO TALENTO À BEÇA	ZONA OESTE	SÃO PAULO
10.	OFICINA DE SORVETE	ZONA OESTE	SÃO PAULO
11.	PADARIA ARTESANAL	ZONA OESTE	SÃO PAULO
12.	RECICLATUDO	ZONA OESTE	SÃO PAULO
13.	TALENTO À BEÇA - ARTESANATO	ZONA OESTE	SÃO PAULO
14.	TALENTO À BEÇA - PRODUÇÃO EM TECIDO	ZONA OESTE	SÃO PAULO
15.	TERNOS DA MADRUGADA	ZONA OESTE	SÃO PAULO
		Zona Oeste	

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 15. Região 6. São Paulo: Zona Sul/Sudeste. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

	NOME DO EMPREENDIMENTO	REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	CIDADE
1.	ARTE EM MACHETARIA	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
2.	COMPULSÃO SONORA	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
3.	DELÍCIAS DA VIDA /PARAISO DOS QUITUTES	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
4.	FÁBRICA DE AROMAS	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
5.	FEITA POR NÓS	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
6.	INOVAÇÃO GERAÇÃO DE RENDA SOLIDÁRIA	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
7.	LÍRIOS DO BREJO	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
8.	MÃOS CRIATIVAS	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
9.	MODELA PANO	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
10.	OFICINA DE BIJUTERIA	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
11.	OFICINA DE GASTRONOMIA	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
12.	OFICINA DE MARCENARIA	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
13.	OFICINA DE MOSAICO	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
14.	PÃO COM OVO ARTESANATO	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO
15.	REDE PROSOL	ZONA SUL/SUDESTE	SÃO PAULO

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

4.1. A Força de Trabalho: quem e quantos somos, por função, gênero, situação previdenciária, porque ficamos e porque saímos

Tabela 16. Força de Trabalho total da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

FORÇA DE TRABALHO TOTAL	MÉDIA	MEDIANA	SOMA	%
Profissionais da coordenação do empreendimento	1	1	114	7,18%
Técnicos do empreendimento	2	2	243	15,30%
Trabalhadores que são usuários de pontos de atenção da raps	9	6	1152	72,54%
Trabalhadores do empreendimento	10	7	1277	80,42%
Estagiários	0	0	55	3%
Voluntários	1	0	71	4%
TOTAL DE PARTICIPANTES	12	10	1588	100,00%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 17. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo por gênero. 2015.

FORÇA DE TRABALHO	SOMA	%
Gênero feminino	681	43%
Gênero masculino	697	44%
TOTAL INFORMADO	1378	87%
TOTAL	1588	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 18. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo segundo a situação previdenciária. 2015.

SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	MENOR	MAIOR	SOMA	%
Outro vínculo empregatício formal além do empreendimento	1	8	73	4,6%
Vínculo informal além do empreendimento	1	15	177	11,1%
Bolsa família, LOAS, auxílio doença, outros benefícios do governo	2	25	318	20,0%
Aposentados por idade/tempo de serviço além de trabalhar no empreendimento	1	10	100	6,3%
Aposentados por invalidez além de trabalhar no empreendimento	1	9	138	8,7%
TOTAL			1277	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 19. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Formas de inserção laboral fora da Rede. 2015.

FORMA DE INSERÇÃO LABORAL	N	%
Trabalhadores que participaram do empreendimento no passado hoje estão inseridos em outros setores do mercado de trabalho	EM ALGUNS CASOS	26
	EMPREENHIMENTO INDIVIDUAL	5
	NÃO	33
	NÃO SE APLICA/SEM RESPOSTA	9
	NENHUM TRABALHADOR SAIU DO EMPREENHIMENTO	10
	SIM	49
	TOTAL	132
		100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 20. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Trabalho na Rede como trabalho preparatório. 2015.

TRABALHO PREPARATÓRIO		N	%
O empreendimento tem como um de seus objetivos que o trabalhador participe em tempo limitado do mesmo, ou seja, que participe por um tempo e posteriormente se insira em outras atividades	EM ALGUNS CASOS	31	23,5%
	EMPREENHIMENTO INDIVIDUAL	4	3,0%
	NÃO	59	44,7%
	NÃO SE APLICA/SEM RESPOSTA	9	6,8%
	SIM	28	21,2%
	TRABALHADORES INDEPENDENTES	1	0,8%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 21. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Processos de seleção e inclusão de novos trabalhadores. 2015.

PROCESSO DE SELEÇÃO E INCLUSÃO DE NOVOS TRABALHADORES		N	%
Existe uma forma de processo seletivo dos trabalhadores para o empreendimento	EM ALGUNS CASOS	8	6,1%
	EMPREENHIMENTO INDIVIDUAL	3	2,3%
	NÃO	65	49,2%
	NÃO SE APLICA/SEM RESPOSTA	4	3,0%
	SIM	52	39,4%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 22. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Motivo de abandono laboral por medo de perda de benefício. 2015.

MOTIVO DE ABANDONO LABORAL POR MEDO		N	%
Medo de perder aposentadoria ou benefício em decorrência da atividade remunerada	NÃO	55	41,7%
	SIM	55	41,7%
	NÃO SE APLICA	22	16,7%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 23. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Motivos diversos para o abandono laboral . 2015.

MOTIVOS DIVERSOS PARA O ABANDONO LABORAL	N	%	
A renda resultante do trabalho no empreendimento é insuficiente para as necessidades básicas dos trabalhadores	NÃO	71	53,8%
	SIM	50	37,9%
	NÃO SE APLICA	11	8,3%
	TOTAL	132	100,0%
Opção por outra atividade remunerada	NÃO	58	43,9%
	SIM	74	56,1%
	TOTAL	132	100,0%
Decisão do grupo em demitir ou desligar algum trabalhador	NÃO	107	81,1%
	SIM	25	18,9%
	TOTAL	132	100,0%
Problemas de saúde	NÃO	63	47,7%
	SIM	69	52,3%
	TOTAL	132	100,0%
Opção pessoal do trabalhador	NÃO	43	32,6%
	SIM	89	67,4%
	TOTAL	132	100,0%
Morte	NÃO	98	74,2%
	SIM	34	25,8%
	TOTAL	132	100,0%
Saída/desaparecimento	NÃO	85	64,4%
	SIM	47	35,6%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 24. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Motivo de abandono laboral por aposentadoria. 2015.

MOTIVO DE ABANDONO LABORAL POR APOSENTADORIA		N	%
Aposentadoria por idade/tempo	NÃO	127	96,2%
	SIM	5	3,8%
	TOTAL	132	100,0%
Aposentadoria por invalidez	NÃO	132	100,0%
	TOTAL	132	100,0%
Recebimento de outros benefícios	NÃO	131	99,2%
	SIM	1	0,8%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 25. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Dificuldade com familiares. 2015.

DIFICULDADE COM FAMILIARES		n	%
Conflitos familiares relacionados à gestão do dinheiro do trabalhador	NÃO	72	54,5%
	SIM	43	32,6%
	NÃO SE APLICA	17	12,9%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 26. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Dificuldade enfrentada pelo empreendimento relacionada a posto de trabalho e renda. 2015.

DIFICULDADE ENFRENTADA PELO EMPREENDIMENTO RELACIONADA A POSTOS DE TRABALHO E RENDA		N	%
O empreendimento possui falta de vagas para beneficiar a todos os interessados em participar	NÃO	76	57,6%
	SIM	34	25,8%
	NÃO SE APLICA	22	16,7%
	TOTAL	132	100,0%
Há falta de trabalhadores para o empreendimento	NÃO	14	10,6%
	SIM	111	84,1%
	NÃO SE APLICA	7	5,3%
	TOTAL	132	100,0%
A renda resultante do trabalho no empreendimento é insuficiente para as necessidades básicas dos trabalhadores	NÃO	71	53,8%
	SIM	50	37,9%
	NÃO SE APLICA	11	8,3%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 27. Força de Trabalho da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. Relação entre trabalhadores. 2015.

DIFICULDADE ENFRENTADA PELO EMPREENDIMENTO RELACIONADA À ESTRUTURA E RELAÇÃO ENTRE TRABALHADORES		COUNT	COLUMN N %
Conflito entre os participantes que prejudica o trabalho	NÃO	73	55,3%
	NÃO SE APLICA	14	10,6%
	SIM	45	34,1%
	TOTAL	132	100,0%
Falta de material que prejudica o trabalho	NÃO	59	44,7%
	NÃO SE APLICA	7	5,3%
	SIM	66	50,0%
	TOTAL	132	100,0%
Falta de estrutura física ou estrutura física ruim ou inadequada para o trabalho	NÃO	58	43,9%
	NÃO SE APLICA	8	6,1%
	SIM	66	50,0%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

4.3 Os Meios de Produção: onde estamos, produzimos e trabalhamos, o que fazemos e as dificuldades enfrentadas

Tabela 28. Meios de produção. Onde estão e onde produzem. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

ONDE ESTÃO E ONDE PRODUZEM	SOMA	%
Privado - cessão de uso	3	2,3%
Privado - incubação	3	2,3%
Própria do empreendimento - alugado	10	7,6%
Própria do empreendimento - comprado	14	10,6%
Própria do empreendimento - doado	1	0,8%
Público - cessão de uso	4	3,0%
Público – empréstimo	8	6,1%
Público - incubação	82	62,1%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 29. Meios de produção. Ramos de produção. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

RAMO DE PRODUÇÃO	SOMA	%
Comercialização ou organização da comercialização	1	0,8%
Prestação de serviços e comercialização de produtos	10	7,6%
Prestação de serviços ou trabalho a terceiros	6	4,5%
Produção cultural	1	0,8%
Produção cultural (música)	3	2,3%
Produção e prestação de serviços	1	0,8%
Produção ou produção e comercialização	109	82,6%
Produção, prestação de serviços e comercialização	1	0,8%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 30. Meios de Produção. O que produzem. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

O QUE PRODUZEM	SOMA	%
Alimentação (manipulação, comercio e/ ou distribuição)	30	22,7%
Artesanato, decoração	78	59,1%
Bijuterias	25	18,9%
Gráfica	10	7,6%
Jardinagem	5	3,8%
Lazer	6	4,5%
Limpeza	1	0,8%
Música e produção cultural	10	7,6%
Reciclagem	50	37,9%
Serviços de estética e beleza	3	2,3%
Vestuário	28	21,2%
TOTAL DE ATIVIDADES INFORMADAS	246	
TOTAL DE EMPREENDIMENTOS	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 31. Meios de produção. Material permanente. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

MATERIAL PERMANENTE	N	%
Não possui - deveria possuir	9	6,8%
Não possui - não é necessário	23	17,4%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente	12	9,1%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente	18	13,6%
Sim, próprios, em quantidade insuficiente	24	18,2%
Sim, próprios, em quantidade suficiente	46	34,8%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 32. Meios de produção. Ferramentas. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

FERRAMENTAS	N	%
Não possui - deveria possuir	3	2,3%
Não possui - não é necessário	4	3,0%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente	11	8,3%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente	13	9,8%
Sim, próprios, em quantidade insuficiente	27	20,5%
Sim, próprios, em quantidade suficiente	74	56,1%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 33. Meios de produção. Matéria prima. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

MATÉRIA PRIMA	N	%
Não possui - deveria possuir	3	2,3%
Não possui - não é necessário	3	2,3%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente	7	5,3%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente	15	11,4%
Sim, próprios, em quantidade insuficiente	21	15,9%
Sim, próprios, em quantidade suficiente	83	62,9%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 34. Meios de produção. Equipamentos de proteção. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO		
Não possui - deveria possuir	10	7,6%
Não possui - não é necessário	49	37,1%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente	5	3,8%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente	14	10,6%
Sim, próprios, em quantidade insuficiente	9	6,8%
Sim, próprios, em quantidade suficiente	45	34,1%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 35. Meios de produção. Meios de transporte. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

CARRO, BICICLETA, MOTO, CAMINHÃO		
Não possui - deveria possuir	79	59,8%
Não possui - não é necessário	19	14,4%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente	9	6,8%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente	16	12,1%
Sim, próprios, em quantidade insuficiente	2	1,5%
Sim, próprios, em quantidade suficiente	7	5,3%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 36. Meios de produção. Meios digitais e tecnológicos. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

COMPUTADORES E DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS		
Não possui - deveria possuir	34	25,8%
Não possui - não é necessário	13	9,8%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente	22	16,7%
Sim, emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente	29	22,0%
Sim, próprios, em quantidade insuficiente	6	4,5%
Sim, próprios, em quantidade suficiente	28	21,2%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 37. Meios de produção. Habilidade para operar os meios de produção. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

HABILIDADE PARA OPERAR OS MEIOS DE PRODUÇÃO		SOMA	%
MATERIAL PERMANENTE	Não utilizado/Não se aplica	6	4,5%
	Sabem usar e usam	117	88,6%
	Sabem usar mas não usam	1	0,8%
	Tem interesse em aprender a usar	7	5,3%
	Usa mas não sabe usar	1	0,8%
	Total	132	100,0%
MATERIAL DE CONSUMO	Não utilizado/Não se aplica	6	4,5%
	Sabem usar e usam	120	90,9%
	Tem interesse em aprender a usar	4	3,0%
	Usa mas não sabe usar	2	1,5%
	Total	132	100,0%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	Não tem interesse em usar	2	1,5%
	Não utilizado/Não se aplica	52	39,4%
	Sabem usar e usam	66	50,0%
	Sabem usar mas não usam	7	5,3%
	Tem interesse em aprender a usar	4	3,0%
	Usa mas não sabe usar	1	0,8%
	Total	132	100,0%
EQUIPAMENTO PARA TRANSPORTE	Não tem interesse em usar	8	6,1%
	Não utilizado/Não se aplica	70	53,0%
	Sabem usar e usam	23	17,4%
	Sabem usar mas não usam	5	3,8%
	Tem interesse em aprender a usar	23	17,4%
	Usa mas não sabe usar	3	2,3%
	Total	132	100,0%
DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS	Não tem interesse em usar	11	8,3%
	Não utilizado/Não se aplica	31	23,5%
	Sabem usar e usam	48	36,4%
	Sabem usar mas não usam	1	0,8%
	Tem interesse em aprender a usar	34	25,8%
	Usa mas não sabe usar	7	5,3%
	Total	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 38. Meios de produção. Problemas burocráticos enfrentados pelo empreendimento. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO E PELO EMPREENDIMENTO		n	%
O empreendimento já enfrentou problemas burocráticos para tentar exercer suas atividades	NÃO	73	55,3%
	SIM	50	37,9%
	NÃO SE APLICA	9	6,8%
	TOTAL	132	100,0%
O empreendimento está incubado em serviço público, o que causa conflito burocrático na gestão do dinheiro como vender ou prestar serviços remunerados no local	NÃO	77	58,3%
	SIM	30	22,7%
	NÃO SE APLICA	25	18,9%
	TOTAL	132	100,0%
O empreendimento sente falta de apoio dos gestores/ entidades locais	NÃO	63	47,7%
	SIM	59	44,7%
	NÃO SE APLICA	10	7,6%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

4. As Finalidades do Trabalho: forma de organização e jornada, regras, espaços de decisão, acesso a informações e estratégias de capacitação dos trabalhadores

Tabela 39. Finalidades do trabalho. Jornada de trabalho. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

JORNADA DE TRABALHO	SOMA	%
Empreendimento ainda não produz	1	0,8%
Empreendimento individual	1	0,8%
Produção é feita quase todos os dias	2	1,5%
Todos ou a maioria dos trabalhadores trabalha diariamente	30	22,7%
Todos ou a maioria dos trabalhadores trabalha mais que uma vez por semana	43	32,6%
Todos os trabalhadores ou a maioria trabalha semanalmente	33	25,0%
Todos os trabalhadores ou a maioria trabalha mensalmente	1	0,8%
Todos os trabalhadores ou a maioria trabalha menos que uma vez por mês	2	1,5%
Trabalho conforme demanda - Não existe frequência ou quantidade de trabalho definida	19	14,4%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 40. Finalidades do trabalho. Regras relacionadas à produtividade, gestão da carga de trabalho e faltas. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

GESTÃO DA CARGA DE TRABALHO		SOMA	%
Regras relacionadas à produtividade : quantidade de trabalho ou número de produtos produzido, deve ser igual entre os trabalhadores	NÃO	123	93,2%
	SIM	9	6,8%
	TOTAL	132	100,0%
Regras relacionadas à carga horária: quantidade mínima definida, deve ser igual entre os trabalhadores	NÃO	78	59,1%
	SIM	54	40,9%
	TOTAL	132	100,0%
Os trabalhadores são obrigados a frequentar as reuniões para poder trabalhar	NÃO	104	78,8%
	SIM	28	21,2%
	TOTAL	132	100,0%
Há regras com relação a faltas dos trabalhadores	NÃO	73	55,3%
	SIM	59	44,7%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 41. Finalidades do trabalho. Quem toma as decisões. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

QUEM TOMA AS DECISÕES	N	%
A coordenação e os trabalhadores em conjunto	57	43,2%
A coordenação técnica	5	3,8%
Empreendimento individual	13	9,8%
Não há reuniões	1	0,8%
Não se aplica	1	0,8%
O gerente da unidade que incubia	1	0,8%
Os trabalhadores que são usuários do serviço	5	3,8%
Pelos dois trabalhadores	2	1,5%
Quem estiver representando o EES na ocasião	1	0,8%
Todos e não há divisão entre coordenadores e trabalhadores	46	34,8%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 42. Finalidades do trabalho. Acesso às informações. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	N	%
Apenas dois trabalhadores	2	1,5%
Empreendimento individual	10	7,6%
Decisões podem ser feitas por telefone	1	0,8%
Só fica sabendo sobre as decisões quem frequenta às reuniões	13	9,8%
É registrado em ata e disponibilizado para consulta aos trabalhadores	30	22,7%
Somente alguns trabalhadores têm acesso às informações sobre as decisões	1	0,8%
Todos os trabalhadores são informados sobre as decisões, mesmo que não tenham participado das reuniões	72	54,5%
Não realizam reuniões	2	1,5%
Não se aplica	1	0,8%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 43. Finalidades do trabalho. Estratégias de capacitação. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO	MEAN	MAXIMU M	SOMA	%
Cursos ou palestras sobre cooperativismo social	2	16	246	15,5%
Cursos ou palestras sobre economia solidária	3	20	435	27,4%
Cursos ou palestras sobre gestão de negócios	2	16	203	12,8%
Qualificação na área técnica do trabalho	2	21	276	17,4%
TOTAL INFORMADO			1160	100%
N TOTAL			1588	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

4.5 Gestão do negócio: faturamento, retiradas, rateios, vendas, relação com o consumidor e com o mercado

Tabela 44. Gestão do negócio. Faturamento total no mês de referência. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

FATURAMENTO NO ÚLTIMO MÊS EM REAL	N	%	%
0,00	18	13,6%	14,3%
1,00 a 100,00	16	12,1%	12,7%
101,00 a 500,00	42	31,8%	33,3%
501,00 a 1000,00	26	19,7%	20,6%
1001,00 a 1500,00	9	6,8%	7,1%
1501,00 a 2000,00	3	2,3%	2,4%
2501,00 a 3000,00	2	1,5%	1,6%
3001,00 a 3500,00	1	,8%	,8%
3501,00 a 8000,00	4	3,0%	3,2%
8001,00 a 15000,00	2	1,5%	1,6%
15001,00 a 77000,00	3	2,3%	2,4%
Total	126	95,5%	100,0%
Não informado	6	4,5%	
TOTAL		132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 45. Gestão do negócio. Faturamento total no mês de referência por Região. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

	REGIÃO I		REGIÃO II		REGIÃO III		REGIÃO IV		REGIÃO V		REGIÃO VI		REGIÃO VI		REGIÃO VI		REGIÃO VI		REGIÃO VI		REGIÃO VII		
Faturamento total/mês em real	Taboão da Serra Barueri Embú das Artes Osasco Itapevi N=3		Botucatu N=6		Campinas N=16		São Bernardo do Campo Santo André Mauá N=14		Rio Claro São Carlos Piracicaba N=7		São Paulo Centro N=16		São Paulo Zona Leste N=15		São Paulo Zona Norte N=13		São Paulo Zona Oeste N=15		São Paulo Zona Sul e Sudeste N=15		Guarulhos, Mogi das Cruzes N=12		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
0,00	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	2	15,4 %	4	66,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	3	23,1 %	5	33,3 %	2	11,1 %	2	18,2 %	18
1 a 100	0	0,0 %	0	0,0 %	1	6,7 %	1	6,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	2	22,2 %	2	15,4 %	3	20,0 %	5	27,8 %	2	18,2 %	16
101 a 500	0	0,0 %	3	50,0 %	3	20,0 %	6	40,0 %	2	33,3 %	10	62,5 %	3	33,3 %	0	0,0 %	4	26,7 %	7	38,9 %	4	36,4 %	42
501 a 1000	2	100,0 %	1	16,7 %	4	26,7 %	3	20,0 %	0	0,0 %	2	12,5 %	2	22,2 %	5	38,5 %	2	13,3 %	4	22,2 %	1	9,1 %	26
1001 a 1500	0	0,0 %	1	16,7 %	2	13,3 %	2	13,3 %	0	0,0 %	2	12,5 %	1	11,1 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	9,1 %	9
1501 a 2000	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	11,1 %	1	7,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	9,1 %	3
2501 a 3000	0	0,0 %	0	0,0 %	1	6,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	7,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	2
3001 a 3500	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	6,3 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1
3501 a 8000	0	0,0 %	1	16,7 %	1	6,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	7,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	9,1 %	4
8001 a 15000	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	6,3 %	0	0,0 %	0	0,0 %	1	6,7 %	0	0,0 %	0	0,0 %	2
15001 a 77000	0	0,0 %	0	0,0 %	3	20,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	3
TOTAL	2	100,0 %	6	100,0 %	15	100,0 %	14	100,0 %	6	100,0 %	16	100,0 %	9	100,0 %	13	100,0 %	15	100,0 %	18	100,0 %	12	100,0 %	126

Observação: Somente 126 (cento e vinte e seis) projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho e EES da Rede responderam a esta questão.

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Observa-se que 18 (dezoito) ou 13,6% dos informantes perceberam o total de entrada global de R\$ 0,00. Outros 16 (dezesseis) ou 12,1% deste mesmo universo perceberam uma entrada global entre R\$ 1,00 e R\$100,00. A faixa de R\$ 101,00 a R\$ 500,00 inclui 42 (quarenta e dois) ou 31,8% projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES.

A faixa imediatamente superior, que vai de R\$ 501,00 a R\$ 1000,00 soma 26 (vinte e seis) ou 19,7% deles. Este conjunto de faixas alberga 102 (cento e dois) ou 77,2% entre os 126 (cento e vinte e seis) que responderam à questão sobre a renda global obtida.

As faixas superiores, que vão de R\$ 3501,00 a R\$ 8000,00 abarcam 09 (nove) projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES do universo dos 126 (cento e vinte e seis) que responderam.

Tabela 46. Gestão do negócio. Como é realizada a gestão do dinheiro. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

COMO É REALIZADA A GESTÃO DO DINHEIRO		SOMA	%
Além do dinheiro resultante dos produtos e serviços do empreendimento também são recebidas doações em dinheiro ou outras formas de renda	NÃO	109	82,6%
	SIM	23	17,4%
	TOTAL	132	100,0%
Existe um fundo de reserva no empreendimento, dinheiro que é poupado para emergências e outras situações	NÃO	40	30,3%
	SIM	92	69,7%
	TOTAL	132	100,0%
Uma parte do dinheiro é destinada a despesas do empreendimento: água, luz, materiais necessários, aluguel, telefone, entre outros	NÃO	67	50,8%
	SIM	65	49,2%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 47. Gestão do negócio. Como é realizado o rateio. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

COMO É REALIZADO O RATEIO		SOMA	%
Diferença na retirada dos trabalhadores relacionada à qualificação profissional	NÃO	126	95,5%
	SIM	6	4,5%
	TOTAL	132	100,0%
A sobra é dividida de forma ponderada de acordo com maior produção ou quem produz mais ganha mais	NÃO	103	78,0%
	SIM	29	22,0%
	TOTAL	132	100,0%
A sobra é dividida igualmente, não importando a quantidade de trabalho individual	NÃO	102	77,3%
	SIM	30	22,7%
	TOTAL	132	100,0%
A sobra é dividida ponderadamente considerando horas ou dias de trabalho	SIM	55	41,7%
	NÃO	77	58,3%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 48. Gestão do negócio. Quem participa do rateio. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

QUEM PARTICIPA DO RATEIO	MÉDIA	MEDIANA	SOMA	%
Trabalhadores que são técnicos ou profissionais do serviço e fazem parte do rateio do empreendimento		0	34	2,14%
Trabalhadores que são técnicos ou profissionais do serviço e recebem apenas rendimento resultante do rateio do empreendimento		0	3	0,19%
Trabalhadores que são usuários de Pontos de Atenção da RAPS que recebem renda de seu trabalho, são remunerados apenas por participação no rateio	9	6	1141	71,85%
Total de participantes			1588	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 49. Gestão do negócio. Avaliação do valor da retirada. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

AVALIAÇÃO DO VALOR DA RETIRADA	CONCORDO MUITO		CONCORDO EM PARTE		INDIFERENTE		DISCORDO EM PARTE		DISCORDO MUITO	
Suficiente para as necessidades	4	3%	8	6%	8	6%	18	14%	94	71%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 50. Gestão do negócio. Relação com o consumidor. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

RELAÇÃO COM O CONSUMIDOR	CONCORDO MUITO		CONCORDO EM PARTE		INDIFERENTE		DISCORDO EM PARTE		DISCORDO MUITO	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Compram nossos produtos e serviços por que precisam deles	72	55%	30	23%	16	12%	10	8%	4	3%
Compram os nossos produtos e serviços para nos ajudar	12	9%	29	22%	7	5%	14	11%	70	53%
Clientes se identificam com os produtos e serviços	99	75%	20	15%	7	5%	2	2%	4	3%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 51. Gestão do negócio. Autoavaliação da atividade econômica. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

AUTOAVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	CONCORDO MUITO		CONCORDO EM PARTE		INDIFERENTE		DISCORDO EM PARTE		DISCORDO MUITO	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Produtos ou serviços são de alta qualidade	74	56%	45	34%	8	6%	3	2%	2	2%
Precisamos atualizar o nosso cardápio/ menu de serviços e produtos	38	29%	55	42%	10	8%	12	9%	17	13%
Oferecemos uma boa variedade de produtos e serviços	76	58%	40	30%	8	6%	5	4%	3	2%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 52. Gestão do negócio. Autoimagem positiva da atividade econômica. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

AUTOAVALIAÇÃO SOBRE	CONCORDO MUITO		CONCORDO EM PARTE		INDIFERENTE		DISCORDO EM PARTE		DISCORDO MUITO	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Somos elogiados e bem vistos por nossos clientes	107	81%	17	13%	4	3%	2	2%	2	2%
Temos postura profissional e valorizamos o nosso negócio	83	63%	33	25%	8	6%	5	4%	3	2%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 53. Gestão do negócio. Autoavaliação da relação com o mercado. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

AUTOAVALIAÇÃO DA RELAÇÃO COM O MERCADO	Concordo muito		Concordo em parte		Indiferente		Discordo em parte		Discordo muito	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Somos fortes no mercado em que atuamos	34	26%	29	22%	20	15%	20	15%	29	22%
Somos conhecidos no mercado	34	26%	28	21%	19	14%	26	20%	25	19%
Somos um empreendimento competitivo no mercado	38	29%	34	26%	14	11%	26	20%	20	15%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

6. Arranjos produtivos: forma de comercialização, plano de negócios, identidade visual, formalização e selo social

Tabela 54. Arranjos produtivos. Onde vendem: Feiras, eventos e universidades. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

EVENTOS, FEIRAS, UNIVERSIDADES E ESPAÇO PRIVADO		N	%
Eventos	Não	41	31,1%
	Sim	91	68,9%
	Total	132	100,0%
Feiras	Não	19	14,4%
	Sim	113	85,6%
	Total	132	100,0%
Universidades	Não	67	50,8%
	Sim	65	49,2%
	Total	132	100,0%
Produtos revendidos em parceria com serviços privados: expostos em bares ou lojas	Não	100	75,8%
	Sim	32	24,2%
	Total	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 55. Arranjo produtivo. Onde vendem: Loja virtual, revistas e jornais, porta em porta, amigos e conhecidos e por encomendas. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

LOJA VIRTUAL, REVISTAS E JORNAIS, PORTA EM PORTA, AMIGOS E CONHECIDOS E POR ENCOMENDAS		N	%
Loja virtual	Não	114	86,4%
	Sim	18	13,6%
	Total	132	100,0%
Revista e jornais de grande circulação	Não	132	100,0%
	Total	132	100,0%
	Total	132	100,0%
Venda de porta em porta	Não	105	79,5%
	Sim	27	20,5%
	Total	132	100,0%
Venda entre amigos e conhecidos	Não	17	12,9%
	Sim	115	87,1%
	Total	132	100,0%
Vendas por encomenda	Não	32	24,2%
	Sim	100	75,8%
	Total	132	100%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 56. Arranjo produtivo. Onde vendem: Espaços públicos. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

ESPAÇOS PÚBLICOS		N	%
Produtos e serviços são expostos em espaço público parques, ruas, etc	NÃO	65	49,2%
	SIM	67	50,8%
	TOTAL	132	100,0%
Serviços públicos caps, cecco, entre outros	NÃO	60	45,5%
	Sim	72	54,5%
	Total	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

A Tabela 57. abaixo mostra que 94 (noventa e quatro) ou 71,2% projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede não possuem ponto de comercialização próprio.

Tabela 57. Arranjo produtivo. Onde vendem: Ponto próprio. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

PONTO PRÓPRIO		N	%
O EMPREENDIMENTO POSSUI UM PONTO PRÓPRIO DE VENDA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATELIÊ, BAR, PADARIA, LOJA	NÃO	94	71,2%
	SIM	38	28,8%
	TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 58. Plano de negócio: Estratégias de divulgação dos produtos. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

PLANO DE NEGÓCIO – DIVULGAÇÃO	AÇÃO		
Faz captação de clientes	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	43	32,6%
	Não	40	30,3%
	Não se aplica	6	4,5%
	Sim	43	32,6%
	Total	132	100,0%
Faz divulgação ou participa das redes sociais	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	22	16,7%
	Não	43	32,6%
	Não se aplica	3	2,3%
	Sim	64	48,5%
	Total	132	100,0%
Faz uso de e-mail para contato ou divulgação dos produtos ou serviços	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	20	15,2%
	Não	52	39,4%
	Não se aplica	3	2,3%
	Sim	57	43,2%
	Total	132	100,0%
Possui site para divulgação ou venda dos produtos ou serviços	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	35	26,5%
	Não	60	45,5%
	Não se aplica	3	2,3%
	Sim	34	25,8%
	Total	132	100,0%
Registra os produtos ou serviços com foto?	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	21	15,9%
	Não	16	12,1%
	Não se aplica	1	,8%
	Sim	94	71,2%
	Total	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 59. Plano de negócio: Sobre a identidade visual. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

PLANO DE NEGÓCIO – IDENTIDADE VISUAL	AÇÃO	N	%
Possui identidade visual do empreendimento	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	21	15,9%
	Não	37	28,0%
	Não se aplica	2	1,5%
	Sim	72	54,5%
	Total	132	100,0%
Possui logo do empreendimento	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	21	15,9%
	Não	34	25,8%
	Não se aplica	2	1,5%
	Sim	75	56,8%
	Total	132	100,0%
Possui marca do empreendimento	Gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento	16	12,1%
	Não	38	28,8%
	Não se aplica	3	2,3%
	Sim	75	56,8%
	Total	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 60. Plano de negócio. Sobre a formalização. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

SOBRE A FORMALIZAÇÃO	N	%
Discutiu apenas no passado, mas não formalizou-se	1	0,8%
Não respondeu	2	1,5%
O empreendimento deseja se formalizar mas ainda não iniciou este procedimento	34	25,8%
O empreendimento deseja se formalizar mas está enfrentando dificuldades burocráticas no momento	13	9,8%
O empreendimento já é formalizado	30	22,7%
O empreendimento não deseja se formalizar pois não há interesse no presente momento	16	12,1%
O empreendimento não deseja se formalizar pois o procedimento é muito difícil	3	2,3%
O empreendimento não tem acesso às informações necessárias para a formalização	4	3,0%
O empreendimento nunca discutiu a possibilidade de formalização	27	20,5%
O empreendimento tentou a formalização mas não a conseguiu por algum motivo	2	1,5%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 61. Plano de negócio. Sobre assessoria para formalização. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

ASSESSORIA PARA A FORMALIZAÇÃO	N	%
NÃO DESEJA ASSESSORIA	24	18,2%
O EMPREENDIMENTO JÁ É FORMALIZADO/NÃO SE APLICA	28	21,2%
SIM, DESEJA ASSESSORIA	80	60,6%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 62. Plano de negócio. Sobre independizar. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO EMPREENDIMENTO	N	%
Busca independizar - buscando parcerias com universidades	5	3,8%
Busca independizar - buscando parcerias privadas	1	0,8%
Busca independizar - buscando parcerias públicas	11	8,3%
Busca independizar - buscando qualquer tipo de parceria (ambas)	32	24,2%
Não sei - não temos opinião formada a respeito disso	39	29,5%
O empreendimento já é independente	28	21,2%
O empreendimento não busca tornar-se independente no momento	16	12,1%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 63. Plano de negócio. Trabalho em Redes. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

SOBRE O TRABALHO EM REDE	AÇÃO	N	%
REDE DE ECOSOL ESTADUAL	Participa sempre	84	63,6%
REDINHA LOCAL	Participa sempre	65	49,2%
OUTRAS REDES DE ECOSOL	Não participa	89	67,4%
OUTRAS REDES DE EMPREENDIMENTOS]	Não participa	102	77,3%
TOTAL		132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

Tabela 64. Plano e negócios. Selo social. Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo. 2015.

SELO SOCIAL	N	%
Começando a discutir sobre o selo	3	2,3%
O empreendimento não sabe o que é	57	43,2%
O empreendimento sabe o que é e busca o selo	51	38,6%
O empreendimento sabe o que é e já possui o selo	1	0,8%
O empreendimento sabe o que é mas não tem interesse em possuir o selo	15	11,4%
O empreendimento sabe, mas não se considera pronto	3	2,3%
Possui outro selo em sua área de atuação	2	1,5%
TOTAL	132	100,0%

Fonte: Banco de Dados do Diagnóstico participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo. 2015.

5. Análise dos dados e da viabilidade econômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários diagnosticados

1. Sobre a Rede como ator social e movimento social organizado

O Termo de Referência do Diagnóstico Participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, a Rede, são os dados pactuados e informados pelo Projeto Redes à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego:

- a. Rede organizada em 07 (sete) Regiões do Estado de São Paulo
- b. Marco Zero, o $n=135$
- c. Dados ESTIMADOS= n , variaria entre 150 (cento e cinquenta) e um máximo de 300 (trezentos) projetos de geração de renda, oficinas de trabalho ou EES.

O Diagnóstico Participativo da situação socioeconômica dos grupos e/ou empreendimentos econômicos solidários, EES, da Rede, realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Saúde Mental e Economia Solidária da USP entre os meses de maio e setembro de 2015, detectou:

- a. a Rede está organizada em 07 (sete) Regiões do Estado de São Paulo
- b. Foram detectados 17 (dezesete) Municípios no período da coleta dos dados
- c. O total de projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho e EES é $n=132$

A Região 1 é formada pelos municípios de Taboão da Serra, Barueri, Embú das Artes, Osasco e Itapevi e acusou retração de 07 (sete) para 03 (três) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Região 2, em Botucatu, produziu ampliação de 05 (cinco) para 06 (seis) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Região 3, em Campinas, produziu ampliação de 14 (quatorze) para 16 (dezesesseis) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Região 4, de São Bernardo do Campo, Santo André e Mauá, ampliou de 10 (dez) empreendimentos para 14 (quatorze) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES, com rearranjos de atividade econômica, substituição de uma organização produtiva para outra, detectados durante o processo de coleta dos dados.

A Região 5, de Rio Claro, São Carlos e Piracicaba registrou retração de 09 (nove) para 07 (sete) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES. Os projetos de geração de trabalho e renda ou EES dos Municípios de São Carlos e Piracicaba não foram entrevistados por dificuldades logísticas, como marcar dia para a entrevista compatível com a agenda dos projetos, e devido ao tempo de fechamento da coleta de dados para o Diagnóstico.

Na Região 6, que é a cidade São Paulo, a Rede está organizada em 05 Redinhas e é onde ocorre a maior concentração de Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES e onde foram detectados 74 (setenta e quatro) projetos, o que representa 56,06% do total, mesmo na vigência de retração de 10 (dez) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES em relação aos 84 (oitenta e quatro) indicados no Marco Zero.

A Redinha Centro é composta por 16 (dezesesseis) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Redinha Leste é composta por 15 (quinze) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Redinha Norte é composta por 13 (treze) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Redinha Oeste é composta por 15 (quinze) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Redinha Sul/Sudeste é composta por 15 (quinze) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A Região 7, formada por Guarulhos e Região do Alto Tietê, como Mogi das Cruzes, registrou aumento de 06 (dez) para 12 (doze) Oficinas, projetos de geração de trabalho e renda ou EES.

A distribuição por Regiões, Redes e Redinhas é didática, estratégica e geográfica. Não foi um dos objetivos deste Diagnóstico estudar a efetiva participação dos Projetos, Oficinas e EES nas Redes ou Redinhas locais, entretanto este estudo considera uma condição política estratégica a efetiva consolidação das Redinhas locais como os legítimos representantes dos EES (observar que metade não participa).

Tal posição, por si, define a condição dessas organizações: independente e soberana.

O processo de construção da Rede e das Redinhas é de extrema importância para fortalecer os grupos, dar visibilidade às suas necessidades e conquistas, para a proposição de políticas públicas que sustentem a consolidação do *direito ao trabalho real* dos trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção da RAPS e de empreendedores independentes.

Em 2009 a Rede era formada por cerca de 180 (cento e oitenta) trabalhadores-usuários dos serviços de saúde mental, na sua grande maioria, e mais de 03 (três) dezenas de

técnicos. Atualmente, em apenas 06 (seis) anos de vida, a Rede está organizada em 07 (sete) Regiões do Estado de São Paulo, em 17 (dezessete) Municípios é um movimento social organizado que alberga 1.588 (hum mil, quinhentas e oitenta e oito) pessoas que estão envolvidas nas atividades dos 132 (cento e trinta e dois) projetos, oficinas de geração de trabalho e renda ou empreendimentos econômicos solidários.

2. Sobre a força de trabalho da Rede

Força de trabalho ou capacidade de trabalho, que é a energia humana gasta no processo de produção, é “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um ser humano e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (Marx, 1988).

São dois os elementos que compõem o processo de produção, os processos de trabalho.

O *primeiro elemento* diz respeito aos *meios de produção* que são os elementos materiais que participam do processo de produção de forma direta ou indireta (e que serão analisados no tópico 5.3, a seguir):

- a. a *matéria prima* que é o *objeto de trabalho* já incorporado de trabalho humano anterior e é a própria matéria sobre a qual se aplica o trabalho no processo de produção, que será transformado no novo produto e
- b. os *instrumentos de produção* que são “os elementos como ferramentas, máquinas etc. utilizados para transformar a matéria prima num objeto útil e apenas se desgastam no processo”, não transferindo materialmente nada de si ao novo produto (Paro, 1986).

O *segundo elemento* é a *força de trabalho* ou *capacidade de trabalho*, que é a energia humana gasta no processo de produção é “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um ser humano e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (Marx, 1988).

Este tópico analisa a força de trabalho que move e sustenta a Rede.

A Rede é composta por 1588 (hum mil, quinhentas e oitenta e oito) pessoas.

Os participantes deste Diagnóstico estabelecem como participantes dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES os trabalhadores que são usuários dos

Pontos de Atenção da RAPS, empreendedores independentes, artesãos independentes, artistas, técnicos de Pontos de Atenção da RAPS, alunos, estagiários e voluntários.

Destes, 114 (cento e quatorze) ou 7,18% são profissionais da coordenação do empreendimento, 243 (duzentos e quarenta e três) ou 15,30% identificam-se como técnicos do empreendimento, 1152 (hum mil, cento e cinquenta e dois) ou 72,54% se nomeiam trabalhadores que são usuários de Pontos de Atenção da RAPS.

Os que se definem como **trabalhadores do empreendimento** são 1277 (hum mil, duzentos e setenta e sete) ou 80,42%, entre os quais, estão os 55 (cinquenta e cinco) ou 3% de estagiários e os 71 (setenta e um) ou 4% que se identificam como voluntários.

Com relação ao **gênero**, em média os projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES possuem 10 (dez) trabalhadores, e a distribuição média de homens e mulheres é semelhante, sendo 05 (cinco) homens em média com mediana de 04 (quatro) e 05 (cinco) mulheres em média, com mediana de 04 (quatro).

A **situação previdenciária**, o acesso à proteção social e outras possibilidades de composição ou complementação de renda dos participantes da Rede também surpreende.

Considerados os 1277 (mil, duzentos e setenta e sete) ou 80,42%, somente 318 (trezentas e dezoito) ou 20,0% das pessoas recebem o benefício da Bolsa Família, LOAS, Auxílio doença ou outro. Informam que há 100 (cem) ou 6,3% aposentados por idade ou tempo de serviço e 138 (cento e trinta e oito) ou 8,7% aposentados por invalidez que complementam sua renda trabalhando nos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES.

Trabalhadores que participam em 49 (quarenta e nove) ou 37,1% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES no passado hoje estão inseridos em outros setores do mercado de trabalho fora da Rede. Em outros 33 (trinta e três) ou 25,0% isto não aconteceu. Para 26 (vinte e seis) ou 19,7% dos 132 (cento e trinta e dois) a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho fora da Rede ocorreu em alguns casos.

Constatou-se que 59 (cinquenta e nove) ou 44,7% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES não têm como um de seus objetivos que o trabalhador participe em tempo limitado do mesmo, ou seja, que participe por um tempo e posteriormente se insira em outras atividades. Isto se aplica para alguns casos em 31 (trinta e um) ou 23,5% eles e é um objetivo para 28 (vinte e oito) ou 21,2% do total de projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES.

Tal cenário alerta para um ponto crucial para a formação de uma Rede de fato agregadora de trabalhadores numa cadeia produtiva real, ou seja, os projetos podem ser vistos como estágios para o mercado formal de trabalho, o que diverge da concepção de uma forma de

organização que antagoniza a forma de organização do trabalho no modo capitalista, excludente e altamente competitivo.

Neste cenário, os projetos estariam treinando “desábeis” para tornarem-se “hábeis” para um mercado que os excluiu. Uma análise possível é que talvez ainda não de construiu um ambiente de fato produtivo e solidário, antagônico àquele e que seja uma possibilidade real de organização de trabalho inclusivo e equânime.

Alguns projetos entrevistados não incluem os gestores e políticas locais como atores da Rede. Esta ausência de interlocução ou referência foi observada e abre um campo de pesquisas e novos estudos relacionados à formação e à identidade dos grupos produtivos com a Economia Solidária, já que eles estão inseridos nestas diretrizes, que são política pública.

Os processos de seleção e inclusão de novos trabalhadores nos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ocorrem de formas variadas bem como os motivos para o abandono laboral.

O medo de perder a aposentadoria ou o benefício em decorrência da atividade remunerada ou complementação de renda advinda dos projetos foi igual em 55 (cinquenta e cinco) ou 41,7% deles, uma quantidade absolutamente idêntica aos que informam não enfrentar esta condição nos seus 55 (cinquenta e cinco) ou 41,7% projetos. Para 22 (vinte e dois) ou 16,7% deles isso não se aplica.

Os motivos mais referidos para a saída de trabalhadores da Rede são:

- a. renda insuficiente para as necessidades básicas dos trabalhadores resultante do trabalho no empreendimento em 50 (cinquenta) ou 37,9%;
- b. opção por outra atividade remunerada em 74 (setenta e quatro) ou 56,1% dos 132 (cento e trinta e dois) dos projetos;
- c. decisão do grupo de demitir ou desligar algum trabalhador ocorreu entre 25 (vinte e cinco) ou 18,9% deles;
- d. problemas de saúde ocorreram em 69 (sessenta e nove) ou 52,3% do total da Rede;
- e. opção pessoal do trabalhador atingiu 89 (oitenta e nove) ou 67,4% do total;
- f. a morte de pessoas solapou 34 (trinta e quatro) ou 25,8% do total dos projetos da Rede;
- g. Saída e/ou desaparecimento foram detectados entre 47 (quarenta e sete) ou 35,6% do total de dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede.

Ainda sobre os motivos do abandono laboral, apenas 05 (cinco) 3,8% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede acusaram aposentadorias por idade ou tempo de serviço e somente 01 (hum) ou 0,8% acusou a saída de trabalhadores por recebimento de outros benefícios.

Detectou-se também que 43 (quarenta e três) ou 32,6 % projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES que já experimentaram problemas como **conflitos familiares** relacionados à gestão do dinheiro recebido por seu familiar.

A gestão do dinheiro do rateio pode provocar conflito mediante a mudança de lugar, da tutela para uma autonomia possível desses trabalhadores, algo muito desejado pela Economia Solidária e pelos processos de Reabilitação Psicossocial como Cidadania. Mas, que pode ser inusitado e estranho para alguns familiares e circunvizinhanças.

Se a tese a ser defendida é que esta forma de arranjo produtivo deve interferir e transformar as relações sociais, os lugares sociais de menor valor para o de valor, a cultura que associa a experiência do sofrimento psíquico intenso e persistente à periculosidade, incapacidade e desabilidade, detecta-se aqui um eixo fundamental de intervenção, que são os núcleos familiares, as redes sociais esgarçadas ou frágeis, os entornos sociais por onde essas pessoas circulam. Uma linha de pesquisa interessante é saber como gastam o dinheiro do rateio.

Outras questões podem ser guias para a reflexão e proposição de debates e ações futuras: como se apura quem quer trabalhar? Persiste o procedimento do encaminhamento? Como isso se dá? O que é vaga de trabalho? Se não há critério para seleção, como é feita essa avaliação? Existe uma expectativa de retirada pelo trabalhador?

Essas perguntas podem nortear a elaboração de Planos de negócios e trabalho, estabelecendo-se metas e ações necessárias para alcançar uma efetiva organização de trabalho mediante as *necessidades* dos trabalhadores e também, e fundamentalmente, as *necessidades* das realidades locais, considerando que os processos de produção respondem sempre a alguma necessidade, sejam elas naturais, básicas ou socialmente construídas.

É a *necessidade* satisfeita do consumidor pelo trabalho da Rede que transfere valor à mercadoria. A Rede deve ser um celeiro de investigação e fomento de identificação de *necessidades* locais e de formas de satisfazê-las, por meio de arranjos produtivos solidários, competentes e em cadeia.

Num cenário onde não há processo de seleção para postos de trabalho, onde não existe regra para avaliar a *necessidade* da atividade econômica em conjunto com as *necessidades* dos trabalhadores, infere-se que o critério não é a atividade econômica. Qual é então?

Estes dados apontam também para a concepção de incubação.

O processo de incubação necessariamente pressupõe uma projetualidade: como estamos, o que precisamos, para onde vamos, por quanto tempo ficamos aqui, qual o tamanho das nossas pernas, o que precisamos para crescer e nos emancipar.

Observa-se, pelos dados, que há uma profunda confusão entre o que é incubação, o que é trabalho e o que é clínica.

A Rede informa que **não há falta de vagas** para beneficiar todos os interessados em trabalhar em 76 (setenta e seis) ou 57,6% projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede, enquanto que 34 (trinta e quatro) ou 25,8% deles experimenta este problema, o que não se aplica para 22 (vinte e dois) ou 6,7% deles. Mas, por outro lado, **há falta de trabalhadores** para 111 (cento e onze) ou expressivos 84,1% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede.

Chama a atenção também outra dificuldade apontada no Diagnóstico que se refere à **renda resultante do trabalho no empreendimento que é insuficiente** para as *necessidades* básicas dos trabalhadores em 50 (cinquenta) ou 37,9% do total entrevistados, enquanto que 71 (setenta e um) ou 53,8 % não consideram a renda insuficiente.

Outro ponto relevante para ser estudado futuramente diz respeito à contradição: não há falta de postos de trabalho x renda insuficiente.

Esta condição pode estar (ou não) associada à perspectiva de trabalho transitório? A operacionalização dos projetos se assemelha a estágio? Estaria este dado relacionado à baixa produtividade/retirada dos empreendimentos?

Com relação ao dado preocupante da alta porcentagem de baixa retirada, a ausência de acesso a benefícios, etc, a luz amarela se acende, porque esta condição pode reiterar um lugar social pouco valorizado. Entretanto, os dados demonstram que a maioria dos trabalhadores da Rede que são usuários dos pontos de atenção e saúde mental concorda que as retiradas são insuficientes para suprir suas necessidades.

Há um desafio enorme a ser enfrentado aqui pela Rede, trabalhadores e gestores.

De um lado estão os trabalhadores que são os técnicos, voluntários, estudantes, que recebem seus proventos das instituições de origem, têm renda garantida, não precisam do negócio para sobreviver, trabalham com saúde mental e têm dificuldades para fazer a gestão de um negócio (muito trabalhoso), bem como mudar o rumo profissional, ainda que gostem de fazer o que fazem.

De outro lado estão os trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção, alguns têm medo que não dê certo e não querem arriscar perder o benefício, a Rede possibilita inserção social e pertencimento e ganhos imateriais advindos desses arranjos laborais e afetivos.

De qualquer forma, existe um lado e outro lado. E parece que há sempre o mesmo medo: medo que não dê certo e arriscar perder o que já se tem.

Esses atores não estão juntos, num só lado, o lado do negócio como forma de produção e reprodução social, como se constata na experiência das Cooperativas Sociais italianas.

Nesta perspectiva, a do fortalecimento do Cooperativismo Social como uma estratégia econômica de inclusão e ascensão social, é necessário imperativamente, urgentemente:

- a. que os trabalhadores dos projetos (todos: profissionais, técnicos, trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção, voluntários, estudantes) definam seus arranjos produtivos, façam escolhas e arrisquem um outro lugar no jogo produtivo;
- b. que a Rede, que tem alto poder reabilitativo, produza coletivamente poder econômico ajudando identificar *necessidades* locais passíveis de serem satisfeitas pelo trabalho da Rede e com isso concretizar a possibilidade de produção e reprodução social dos envolvidos;
- c. que os gestores locais, estaduais e do nível central estabeleçam concretamente condições políticas e estratégias de apoio, fortalecimento e financiamento este segmento da população brasileira.

Não há **conflito entre os participantes** que prejudique o trabalho em 73 (setenta e três) ou 55% deles. Mesmo diante de uma condição que se repete para 66 (sessenta e seis) ou 50% do total dos 132 (cento e trinta e dois) projetos da Rede e que repercute entre os trabalhadores que é a **falta de material e falta de estrutura física**, que é ruim ou inadequada e isso prejudica o trabalho.

É característico, entre trabalhadores que são usuários de pontos de atenção de saúde mental, a pobreza de laços sociais e isolamento. Mais uma vez a relação entre as pessoas aparece de forma valorizada, uma vez que não tem conflito e nem mesmo a questão da falta de materiais e estrutura física relacionada à dificuldade para a produção, que aparece para a metade dos grupos, os desmobiliza. É bom lembrar que 80% dos projetos estão em equipamentos públicos. A incubação não resolve todos os limites.

Parece que as pessoas estão lá para ficarem juntas mais que para ganhar dinheiro.

Finalmente, com relação à força que sustenta e move a Rede, outro dado que chama a atenção diz respeito à confusão dos números sobre os participantes. Este dado reflete a dificuldade dos grupos em definir o lugar ou o papel dos profissionais da saúde, gestores, universidades. Esses profissionais/atores se apresentam em mais de uma categoria. Ora como coordenação, ora como trabalhador, ora como técnico. Qual o lugar dos técnicos nos grupos produtivos? Como é a relação dos grupos com os pontos de atenção que os incubam? Projetos incubados ainda se confundem com os pontos de atenção?

3. Sobre os meios de produção da Rede

Os *meios de produção* que são os elementos materiais que participam do processo de produção de forma direta ou indireta:

- a. a *matéria prima* que é o *objeto de trabalho* já incorporado de trabalho humano anterior e é a própria matéria sobre a qual se aplica o trabalho no processo de produção, que será transformado no novo produto e
- b. os *instrumentos de produção* que são “os elementos como ferramentas, máquinas etc. utilizados para transformar a matéria prima num objeto útil e apenas se desgastam no processo”, não transferindo materialmente nada de si ao novo produto (Paro, 1986).

Dentre os 132 (cento e trinta e dois) projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES, 94 (noventa e quatro) deles estão incubados ou alocados em pontos de atenção de saúde mental ou equipamentos correlatos, como Centro de Convivência e Cooperativa, serviço de saúde mental de hospital universitário, associações de técnicos, familiares e usuários de Pontos de Atenção da RAPS, núcleos municipais de apoio à economia solidária.

As formas de inserção dos projetos da Rede na esfera pública são distribuídas em 82 (oitenta e dois) ou 62,1% no formato de incubação, 08 (oito) ou 6,1% na forma de empréstimo e 04 (quatro) ou 0,3% na forma de cessão de uso de espaço público.

Um *meio de produção* fundamental para a realização de qualquer trabalho é o *lugar* onde ele se realiza. Este *meio de produção* define o lugar social no mundo do trabalho onde estão as classes sociais.

Uma característica distintiva na forma de organização do trabalho no modo capitalista é a *propriedade individual* ou majoritária, no caso de conglomerados econômicos, dos meios de produção. É esta propriedade que estabelece a relação entre os seres humanos: de um lado está o proprietário dos *meios de produção* (o lugar, inclusive) que compra, por meio de uma quantidade em dinheiro, a *força de trabalho* que é o próprio outro ser humano, e do outro lado está aquele que vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção.

Uma distinção fundamental entre a Economia Solidária e a economia capitalista é exatamente a *propriedade coletiva* dos meios de produção, ou seja, um coletivo que é o proprietário dos *meios de produção*, e o grande desafio da Rede é a consecução desta diferença fundamental porque será neste concreto real que as relações de dominação ou subordinação poderão se transformar.

O número expressivo de projetos que se desenvolvem em serviços públicos ou correlatos, demonstra que este *meio de produção* fundamental é propriedade do Estado e ratifica o argumento já explorado no tópico anterior sobre a necessidade de ampliar a discussão sobre o que é incubação.

Este trabalho defende que a incubação deve ser definida como estratégia de políticas públicas. No atual cenário de normativas, portarias e regulamentações das políticas públicas de saúde mental, a discussão do Eixo VII da RAPS convida para isso.

De qualquer forma, uma Rede organizada, como vem se consolidando, possibilita aos grupos sair da invisibilidade e se fortalecer (ou não) como atividade econômica, cujo horizonte é a emancipação dos projetos (e isso inclui a propriedade do lugar) e comercialização ou construção de Pontos de Comércio Justo e Solidário em parceria com o gestor público local.

Outras pautas a serem enfrentadas são relacionadas aos critérios para um limite do processo de incubação dos projetos da Rede. É necessário avaliar quantos grupos produtivos são suportados, em termos de investimento do ponto de atenção, e por quanto tempo. Esta organização está fortemente associada ao fortalecimento e ampliação das Redinhas.

São itens fundamentais a avaliação dos processos de incubação: Quantos grupos têm trabalhadores que são usuários de ponto de atenção diferentes de onde o grupo é incubado? como ampliar a inserção de trabalhadores ou grupos produtivos norteados por potência, habilidades, conhecimento e interesse e não nos grupos pré-definidos pelas coordenações?

Os *meios de produção* definem e são definidos pelo ramo de produção.

Na Rede, 109 (cento e nove) ou mais de 80% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES são da área de produção ou produção e comercialização, 10 (dez) ou 7,6% deles trabalham no ramo de prestação de serviços e comercialização de produtos e a representação da Rede nos outros ramos de produção é irrelevante.

Sobre o que produzem, sobre a atividade econômica, 78 (setenta e oito) ou 60% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES estão no ramo do artesanato e decoração, seguido pelo ramo da reciclagem com 50 (cinquenta) projetos, 30 (trinta) no ramo da alimentação e 28 (vinte e oito) projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES estão no ramo do vestuário. Chama a atenção que são informados 246 (duzentos e quarenta e seis) ramos de atuação enquanto o total dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES é 132 (cento e trinta e dois).

Uma análise possível é que alguns grupos trabalham com mais de um ramo de produção e o significado disso pode estar associado a determinantes como pouca capacitação, criatividade restrita ao contexto institucional (que é a maioria entre os projetos), pouco

protagonismo dos trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção (maioria entre os lugares) diante da proposta das coordenações técnicas.

Dada a evidente adaptabilidade dos grupos produtivos que este dado comprova, uma análise possível também é que esses arranjos produtivos são herdeiros ou reorganização de oficinas terapêuticas dos pontos de atenção e que se formam menos por protagonismo dos trabalhadores que são usuários e seus próprios desejos e mais pela oferta institucional.

A análise remete a outras novas perguntas: porque a Rede não tem serviços como costura, construção, limpeza, alimentação (que podem ter relação com conhecimentos e história de vida das pessoas) nas mesmas porcentagens que o artesanato e a reciclagem?

Os meios de produção relacionados aos materiais permanentes, como fogões, microondas, cortadores, polidores, fritadeiras, entre outras máquinas necessárias para a atividade, são emprestados ou cedidos para 18 (dezoito) ou 13,6% e são considerados em quantidade suficiente. Outros 24 (vinte e quatro) ou 18,2% deles têm materiais próprios, mas em quantidade insuficiente e 46 (quarenta e seis) ou 34,8% afirmam que são próprios, em quantidade suficiente.

As ferramentas, utensílios empregados no trabalho como facas, pincéis, bandejas, para 13 (treze) ou 9,8% são emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente, 27 (vinte e sete) ou 20,5% afirmam que são próprios, em quantidade insuficiente enquanto 74 (setenta e quatro) ou 56,1% afirmam serem próprios, em quantidade suficiente.

Os meios de produção como folhas, ingredientes, produtos de limpeza, outras matérias primas são emprestados ou cedidos, em quantidade suficiente para 15 (quinze) ou 1,4% deles, 21 (vinte e um) ou 15,9% dizem que são próprios, em quantidade insuficiente e 83 (oitenta e três) ou 62,9% afirmam que são próprios, em quantidade suficiente

Os equipamentos de proteção individual como luva, máscara, colete, avental, óculos, etc, são próprios, em quantidade suficiente para 45 (quarenta e cinco) ou 34,1% deles, 10 (dez) ou 7,6% afirmam que não possuem mas deveriam possuir e 49 (quarenta e nove) ou 37,1% dizem que não possuem e que não são necessários.

Ainda relacionado aos meios de produção, 79 (setenta e nove) ou 59,8% afirmam não possuir e que deveriam possuir um meio transporte enquanto 19 (dezenove) ou 14,4% dizem que não possuem e que não é necessário.

O acesso aos meios tecnológicos está assim distribuído: 34 (trinta e quatro) ou 25,8% não possuem e afirmam que deveriam possuir, 13 (treze) ou 9,8% não possuem e afirmam não ser necessário, 22 (vinte e dois) ou 16,7% têm equipamentos emprestados ou cedidos, em quantidade insuficiente, 29 (vinte e nove) ou 22,0% têm equipamentos emprestados ou cedidos,

em quantidade suficiente, 6 (seis) ou 4,5% têm equipamentos próprios, em quantidade insuficiente e 28 (vinte e oito) ou 21,2% têm equipamentos próprios, em quantidade suficiente.

A análise permite identificar ao mesmo tempo certa confusão entre o que pertence ao do serviço ou correlato público e o que pertence ao projeto, com uma distância lúcida na descrição da propriedade dos meios de produção angariados pelos grupos. Isso fica bastante claro e discriminado entre os empreendedores individuais.

Outro aspecto que chama a atenção é que a matéria prima, as ferramentas, máquinas, entre os meios de produção (e diferente do meio de produção *lugar*), permitem uma proximidade maior com a concretização do trabalho, é mais palpável e, portanto, são identificados e reconhecidos como próprios.

Diferente também é a relação com os meios de produção transporte e os tecnológicos.

O transporte e movimentação dos produtos são fundamentais para a atividade econômica que se pretende independer da incubação, da mesma forma como se apresenta na contemporaneidade a necessidade de inclusão digital, de endereço virtual, acesso a serviços, inscrição em cursos, documentação, divulgação. Estes meios de produção são reclamados no Diagnóstico de forma consistente, entretanto, durante o processo de coleta de dados apareceu com frequência um espanto dos grupos sobre a possibilidade de se desejar isso.

Sobre as habilidades dos trabalhadores em usar equipamentos, em todos os casos questionados, a maior parte dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede respondeu que os trabalhadores sabem usar e usam os equipamentos necessários, quando estes são necessários.

Problemas burocráticos para tentar exercer suas atividades não se apresentaram para 73 (setenta e três) ou 55,3% deles enquanto que são experimentados por 50 (cinquenta) ou 37,9% dos projetos da Rede.

Quando o empreendimento está incubado em Ponto de Atenção identificou-se conflito burocrático na gestão do dinheiro, como poder vender ou prestar serviços remunerados no local, em 30 (trinta) ou 22,7% deles, o que não ocorre com 77 (setenta e sete) ou 58,3% no universo dos projetos da Rede

Retomando novamente os dados sobre a inserção em serviços públicos ou equipamentos correlatos, o dado relevante detectado é o fato de 59 (cinquenta e nove) ou 47,7% dos 132 (cento e trinta e dois) afirmarem que sentem falta de apoio dos gestores ou entidades locais para execução dos seus trabalhos, enquanto 63 (sessenta e três) ou 47,7% afirmam que não sentem falta deste apoio e para 10 (dez) ou 7,6% deles essa questão não se aplica.

Novamente a análise indica a necessidade de pactuar de forma mais clara e transparente as relações que se estabelecem nesses grupos produtivos: no interior de suas

organizações, de suas organizações com gestores (se estão incubados em pontos de atenção ou correlatos públicos) e dos empreendedores independentes com os grupos de organização dos projetos, as Redes e as Redinhas.

Uma questão fundamental que vem ativando a formulação de políticas para o setor e a incubação dos grupos é sua invisibilidade física, econômica e social durante muitos anos. Uma pergunta também fundamental se apresenta após a análise dos dados: esta é uma questão fundamental para os grupos?

4. Sobre as finalidades do trabalho da Rede

Os processos de trabalho humano são determinados por uma *necessidade* e o produto desse processo é um ser humano ampliado pelos instrumentos de trabalho, portador de uma destreza que anteriormente não possuía (Heller, 1986; Heller, 1992).

- a. 30 (trinta) ou 22,7% dos projetos de rede afirmam que todos ou a maioria dos trabalhadores trabalham diariamente.
- b. 43 (quarenta e três) ou 32,6% dos 132 (cento e trinta e dois) afirmam que todos ou a maioria dos trabalhadores trabalham mais que uma vez por semana.
- c. 33 (trinta e três) ou 25,0% do total de participantes trabalham semanalmente.

Os dados demonstram que a regra relacionada à quantidade igual de trabalho ou número de produtos entre os trabalhadores não se aplica para 123 (cento e vinte e três) ou 93% dos projetos e a carga horária mínima de trabalho ser igual entre os trabalhadores também não se aplica entre 78 (setenta e oito) ou 59,1% deles.

Os trabalhadores que são obrigados a frequentar as reuniões para poder trabalhar estão em apenas 28 (vinte e oito) ou 21,2% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES e com relação às regras relacionadas às faltas dos trabalhadores, constata-se não elas não existem em 73 (setenta e três) ou 55,3% e existem em 59 (cinquenta e nove) ou 44,7% deles.

Os dados mostram que as decisões são tomadas em conjunto entre a coordenação e os trabalhadores em 57 (cinquenta e sete) ou 43,2% deles e para 46 (quarenta e seis) dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES ou 34,8%, não há divisão entre coordenadores e trabalhadores.

Todos os trabalhadores são informados sobre as decisões, mesmo que não tenham participado das reuniões em 72 (setenta e dois) ou 54,5% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES. Aproximadamente 22% dos EES registram as reuniões em

Ata e a disponibilizam aos trabalhadores. Há 10 (dez) ou 7,6% empreendimentos individuais na Rede cujas decisões são tomadas sem mediação de coordenações ou técnicos de serviços.

Entre 132 (cento e trinta e dois) projetos da Rede, 19 (dezenove) ou 14,4% afirmam que há estímulo para capacitação e atualização, 12 (doze) ou 9,1% gostaria de fazer, mas ainda não iniciou o procedimento e 91 (noventa e um) ou 68,9% informam que iniciaram o processo.

A análise dos dados permite afirmar que somente a carga de trabalho de 30 (trinta) grupos ou 22,7% da Rede possibilita o exercício de trabalho cotidiano ou próximo disso.

O universo da Economia Solidária se realiza por meio de projetos e empreendimentos de trabalho. A presença do trabalho sistemático, organizado segundo as possibilidades individuais, mas respondendo também às responsabilidades da atividade econômica é o que inscreve essas iniciativas nas suas estruturas.

Toda organização econômica, das capitalistas às associativistas ou cooperadas, necessitam de espaços de planejamento, organização, discussão, encaminhamentos e decisões. Na Economia Solidária esses processos ocorrem numa gestão horizontal e democrática, coletiva, cuja utopia é a autogestão. E, mais que espaços organizacionais, precisam de atividade econômica para sobreviver.

No mundo do trabalho, capitalista ou associativista ou cooperado, a atividade econômica é o motor da organização do trabalho: a reunião é necessária para saber o que, como, quanto e quando fazer. Neste sentido, o trabalho é um orientador e organizador da vida das pessoas envolvidas. Para estarem lá é preciso se programar, se preparar, despendar tempo, energia, estudar, pesquisar sobre o produto a ser desenvolvido.

Para estar lá, no trabalho, precisa se responsabilizar, saber que faz falta, que a ausência sobrecarrega quem fica, quem não vai entrar dinheiro se não trabalhar, se não for à reunião.

Como é possível falar em gestão participativa do negócio e de negócio se as decisões são transmitidas? Como falar em protagonismo num ambiente onde não há diferença de lugares, se estes são, por definição, diferentes?

Qual será a finalidade do trabalho que prescinde da presença do trabalhador?

5. Sobre a gestão dos negócios da Rede

O mês de referência para o faturamento total (aqui considerado o montante bruto das entradas, sem qualquer tratamento contábil, exclusão de custos eventuais ou permanentes e o dos rateios) foi aquele imediatamente anterior à coleta dos dados, portanto, pode ter sido junho,

julho ou agosto de 2015 e responderam a esta questão 126 (cento e vinte e seis) projetos responderam sobre o faturamento enquanto 06 (seis) não informaram ou não dispunham dos dados.

Os dados encontrados são:

- a. **18 (dezoito) ou 13,6% projetos perceberam o total de entrada global de R\$ 0,00.**
- b. **16 (dezesesseis) ou 12,1% perceberam uma entrada global entre R\$ 1,00 e R\$100,00.**
- c. **42 (quarenta e dois) ou 31,8% projetos estão na faixa de R\$ 101,00 a R\$ 500,00.**
- d. **26 (vinte e seis) ou 19,7% deles estão na faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1000,00.**

Este conjunto de faixas alberga **102 (cento e dois) ou 77,2%** entre os 126 (cento e vinte e seis) que responderam à questão sobre a renda global obtida.

09 (nove) projetos ou 6,8% deles estão na faixa de R\$ 3501,00 a R\$ 8000,00 ou mais.

- a. 4 (quatro) ou 3,0% estão na faixa e R\$ 3501,00 a R\$ 8000,00
- b. 2 (dois) ou 1,5% estão na faixa de R\$ 8001,00 a R\$ 15000,00
- c. 3 (três) ou 2,3% estão na faixa e R\$ 15000,00 a R\$ 77000,00
- d. 21 (vinte e um) projetos estão nas faixas intermediárias entre os maiores e menores faturamentos.

Esses dados são muito assemelhados e reproduzem a pirâmide econômica brasileira e do mundo, em geral. Esta é uma grande contradição e desafio a ser enfrentado pela Economia Solidária: romper a lógica que naturaliza as diferenças entre as classes sociais essenciais (proprietários de meios de produção x proprietários da força de trabalho) e criar possibilidades reais de acesso para todo mundo aos bens materiais e imateriais acumulados pelo trabalho de toda a humanidade que trabalha.

Além do dinheiro resultante dos produtos e serviços, 23 (vinte e três) ou 17,4% projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES recebem doações em dinheiro ou outras formas de renda enquanto que 109 (cento e nove) ou 82,6% não recebem outras entradas de dinheiro ou capital.

Existe um fundo de reserva dos projetos, um dinheiro que é poupado para emergências e outras situações em 92 (noventa e dois) ou 69,7% deles e praticamente a metade deles reserva uma parte do dinheiro às despesas do empreendimento (água, luz, materiais necessários, aluguel, telefone, entre outros) enquanto a outra metade não o faz.

Os rateios são realizados de diferentes formas entre os 132 (cento e trinta e dois) projetos da Rede. Entre essas formas, 06 (seis) ou 4,5% consideram a diferença relacionada à qualificação profissional na retirada dos trabalhadores e 126 (cento e vinte e seis) ou 95,5% deles não o fazem assim. O modelo de dividir as sobras de forma ponderada de acordo com maior produção, isto é, quem produz mais ganha mais também não se aplica entre 103 (cento e três) ou 78,0% deles.

Da mesma forma, o modelo de dividir as sobras igualmente, não importando a quantidade de trabalho individual, não se aplica em 102 (cento e dois) ou 77,3% dos projetos da Rede.

O modelo de rateio onde as sobras são divididas ponderadamente considerando horas ou dias de trabalho ocorre em 55 (cinquenta e cinco) ou 41,7% deles, enquanto que não ocorre entre 77 (setenta e sete) ou 58,3% dos projetos da Rede.

Com relação à participação no rateio

- a. 34 (trinta e quatro) pessoas ou 2,14% técnicos ou profissionais do serviço que fazem parte do rateio
- b. 03 (três) pessoas ou 0,19% técnicos ou profissionais do serviço que recebem apenas rendimento resultante do rateio
- c. 1032 (hum mil, cento e trinta e dois) pessoas ou cerca de 70,0 % são usuários de Pontos de Atenção da RAPS que recebem renda de seu trabalho e são remunerados apenas por participação no rateio.

Um expressivo universo de 94 (noventa e quatro) ou 71%71% projetos da Rede julgam ou avaliam que o rendimento ou as retiradas resultantes do trabalho e serviços é **insuficiente** para as necessidades dos trabalhadores.

A relação dos projetos com os consumidores é positiva, pois 72 (setenta e dois) ou 55% acreditam que os consumidores compram os produtos e serviços por que precisam deles. E 70 (setenta) ou 53% discordam muito da afirmação que os clientes compram os produtos e serviços para ajudar. A avaliação que os clientes se identificam com os produtos e serviços chega a 99 (noventa e nove) ou 75% dos projetos. 107 (cento e sete) ou 81% dos projetos da Rede que afirmam que são elogiados e bem vistos pelos clientes e 83 (oitenta e três) ou 63% que concordam que têm postura profissional que valoriza o negócio.

74 (setenta e quatro) ou 56% considera os produtos e serviços como sendo de alta qualidade, 55 (cinquenta e cinco) ou 42% acreditam que precisam atualizar o menu de serviços e produtos ou cardápio e 76 (setenta e seis) ou 58% acreditam que oferecem uma boa variedade de produtos e serviços.

De forma geral, esses dados mostram que apesar dos trabalhadores considerarem a renda dos empreendimentos insuficiente, eles possuem uma visão positiva a respeito do produto de seus trabalhos. Os tópicos sobre a avaliação dos projetos e sua relação com o mercado foram os mais equilibrados, entre os níveis de concordância. Trata-se agora de qualificar o mercado onde se consideram fortes, conhecidos e competitivos.

Os dados sobre os rateios são, sem sombra de dúvida, os mais preocupantes dos resultados obtidos neste Diagnóstico. A conta é simples, porém os resultados vulnerabilizam os projetos, questionam o sentido e a função do trabalho desenvolvido na Rede e se impõem de forma extremamente relevante como analisador, orientador e indicador de futuras ações e estratégias de fortalecimento dos projetos e da Rede.

Há uma média de 10 (dez) trabalhadores que participam dos rateios retirando-se os empreendedores independentes:

- a. 18 (dezoito) ou 13,6% projetos não faturam nada, o que resulta num máximo de R\$ 0,00/mês por trabalhador do projeto;
- b. 16 (dezesseis) ou 12,1% projetos faturam entre R\$ 1,00 e R\$100,00, o que resulta num máximo de R\$ 10,00/mês por trabalhador do projeto;
- c. 42 (quarenta e dois) ou 31,8% projetos estão na faixa de R\$ 101,00 a R\$ 500,00, o que resulta num máximo de R\$ 50,00/mês por trabalhador;
- d. 26 (vinte e seis) ou 19,7% deles estão na faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1000,00, o que resulta num máximo de R\$ 100,00/mês por trabalhador.

O valor do trabalho aqui atinge a dimensão do trabalho relacionada ao conceito marxista da *sociabilidade*, do pertencimento, da cooperação e solidariedade, mas não responde à outra dimensão fundamental do trabalho, que é a reprodução social das pessoas. Pode-se afirmar, por meio da análise dos dados, que os projetos que faturam nestas faixas descritas acima têm alto poder reabilitativo, dado a persistência no tempo, mas não atingem dimensão do trabalho, segundo a compreensão marxiana, que é a da reprodução social, de responder aos custos da vida em relação: gastos com alimentação, transporte, segurança, lazer, cultura, educação, do trabalho que produz valor social.

6. Sobre os arranjos produtivos da Rede

Os resultados demonstram que os espaços de **comercialização** são os eventos, utilizados por 91 (noventa e um) ou 68,9% deles, Feiras utilizadas por 113 (cento e treze) ou 85,6% do total e espaços nas Universidades, que são utilizados por 65 (sessenta e cinco) ou 49,2% do total.

A utilização ou ativação de parceria com serviços privados, como bares ou lojas, para exposição e comercialização de produtos é realizada por 32 (trinta e dois) ou 24,2% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede.

Nenhum dos 132 (cento e trinta e dois) projetos da Rede faz divulgação em jornais e revistas de grande circulação e 18 (dezoito) ou 13,6% apenas fazem suas vendas por meio de lojas virtuais.

As vendas de porta em porta são utilizadas como estratégia de comercialização por 27 (vinte e sete) ou 20,5% deles, a venda entre amigos e conhecidos é utilizada por 115 (cento e quinze) ou 87,1% do total e as vendas por encomenda são a estratégia de comercialização para 100 (cem) ou 75,8% dos projetos da Rede.

Os espaços públicos como parques, ruas, etc para exposição e venda dos produtos e serviços são utilizados por 67 (sessenta e sete) ou 50,8% dos projetos. Os CAPS, CECCO, entre outros, são utilizados por 72 (setenta e dois) ou 54,5% deles.

Chama a atenção que 94 (noventa e quatro) ou 71,2% projetos não possuem ponto de comercialização próprio.

Com relação às estratégias de **divulgação** de produtos e serviços, um conjunto de 64 (sessenta e quatro) ou 48,5% deles faz divulgação ou participa das redes sociais e outros sim 57 (cinquenta e sete) ou 43,2% fazem uso de e-mail para contato ou divulgação dos produtos ou serviços. Os que possuem site para divulgação ou venda dos produtos ou serviços são 34 (trinta e quatro) ou 45,5% do total enquanto que 94 (noventa e quatro) ou 71,2% dos projetos da Rede registram os produtos ou serviços com foto.

Chama a atenção, também, que 72 (setenta e dois) ou 54,5% deles tem identidade visual e 75 (setenta e cinco) ou 56,8% deles afirmam que possuem logo e marca.

Sobre a **formalização** dos empreendimentos, 25,8% deseja se formalizar mas ainda não iniciaram esse procedimento, 22% já é formalizado, 20% nunca discutiu essa possibilidade. Apesar de pouco frequente, chama a atenção que 12% dos empreendimentos não possuem interesse em formalizar-se.

Destaca-se também que 24,2% busca tornar-se independente, mas quase 30% dos empreendimentos não tem opinião formada sobre essa questão. Desta forma, a discussão da importância da independência e formalização parece ser ainda incipiente entre os 132 (cento e trinta e dois) projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede.

60% dos projetos deseja a **assessoria para formalização** mas a questão de tornar-se independente é controversa na Rede. 32 (trinta e dois) ou 24,2% deles buscam se independizar, buscando qualquer tipo de parceria, pública ou privada. Enquanto que 39 (trinta e nove) ou 29,5% não sabe ou não tem opinião formada a respeito disso. O número de projetos que se declaram independentes é de 28 (vinte e oito) ou 21,2% do total.

Sobre o **trabalho em redes**, mais de 60% dos EES participam sempre das reuniões da Rede de ECOSOL estadual, quase 50% participa sempre das reuniões das Redinhas locais, quase 70% não participa de outras Redes de ECOSOL e mais de 70% não participa de outras Redes de empreendimentos.

43,2% dos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ou EES da Rede não sabem o que é Selo Social, 38,6% sabem e buscam o Selo e 11,4% sabem o que é mas não têm interesse no assunto.

6. Recomendações

Considerando:

- a. o arcabouço jurídico e legislativo sobre os direitos das pessoas e, em particular, os direitos das pessoas que vivem a experiência de sofrimento psíquico intenso e persistente:
 - I. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, no seu Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados;
 - II. Lei nº 8080, do Sistema Único de Saúde brasileiro; No Capítulo das Disposições gerais, no seu Art. 03: Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais;
 - III. Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a reorientação do modelo assistencial no seu Art. 1º: Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra;
 - IV. Portaria n.º 336/GM de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece a constituição dos CAPS por nível de complexidade e dispõe acerca do funcionamento de tais serviços com a criação de mecanismos próprios de financiamento;
 - V. As recomendações contidas no Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, realizada em 2010;
 - VI. Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010 que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências;
 - VII. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde; nos seus Art. 4º: São objetivos específicos da Rede de Atenção Psicossocial: Parágrafo IV - promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária; Art. 5º: A Rede de Atenção Psicossocial é constituída pelos seguintes componentes: Parágrafo VII - reabilitação psicossocial; Art. 6º: São pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção básica em saúde os seguintes serviços: III - Centro de Convivência: é unidade pública, articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à Rede de Atenção Psicossocial, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade; Art. 7º: que define que o ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial; o Art. 12º que define: O componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais e sua § 1º define as ações de caráter intersetorial destinadas à

reabilitação psicossocial, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/ cooperativas sociais e § 2º: As iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais de que trata o § 1º deste artigo devem articular sistematicamente as redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares;

VIII. Portaria nº 132 de 26 de janeiro de 2012 que institui incentivo financeiro de custeio para desenvolvimento do componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.

b. os marcos para a formulação das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária para a garantia do direito ao trabalho das pessoas que vivem a experiência de sofrimento psíquico intenso e persistente:

- I. Lei Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais;
- II. 1ª Oficina Nacional de Experiências de Geração de Trabalho e Renda de Usuários de Serviços de Saúde Mental, promovida pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, realizada em Brasília, em 2004;
- III. Portaria nº 1.169, de 07 de julho de 2005 e uma sequência de iniciativas de formação e capacitação de gestores, trabalhadores, usuários;
- IV. Conferência Temática sobre Cooperativismo Social, realizada em Brasília, em 2010;
- V. V Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, realizada Brasília, em 2010;
- VI. II Encontro Nacional de Experiências de Geração de Trabalho e Renda da Saúde Mental: Rumo ao Cooperativismo Social, realizado no Rio de Janeiro, em 2011;
- VII. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

c. que em 2009 a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de São Paulo, a Rede, era formada por cerca de 180 (cento e oitenta) trabalhadores-usuários dos serviços de saúde mental, na sua grande maioria, e mais de 03 (três) dezenas de técnicos. Atualmente, em apenas 06 (seis) anos de vida, a Rede está organizada em 07 (sete) Regiões do Estado de São Paulo, em 17 (dezessete) Municípios é um movimento social organizado que alberga 1.588 (hum mil, quinhentas e oitenta e oito) pessoas que estão envolvidas nas atividades dos 132 (cento e trinta e dois) projetos, oficinas de geração de trabalho e renda ou empreendimentos econômicos solidários;

d. que o processo de construção da Rede e das Redinhas é de extrema importância para fortalecer os grupos, dar visibilidade às suas necessidades e conquistas, para a

- proposição de políticas públicas que sustentem a consolidação do direito ao trabalho real dos trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção da RAPS e de empreendedores independentes;
- e. que a distribuição por Regiões, Redes e Redinhas é didática, estratégica e geográfica;
 - f. que uma parcela dos projetos da Rede entrevistados pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Saúde Mental e Economia Solidária da USP não incluem os gestores e políticas locais como atores da Rede;
 - g. Os processos de seleção e inclusão de novos trabalhadores nos projetos de geração de trabalho e renda, oficinas de trabalho ocorrem de formas variadas bem como os motivos para o abandono laboral.

Este estudo defende as seguintes teses:

- a. o arranjo produtivo segundo as diretrizes das Políticas Públicas de Saúde Mental e Economia Solidária deve interferir e transformar as relações sociais, os lugares sociais de menor valor para o de valor, a cultura que associa a experiência do sofrimento psíquico intenso e persistente à periculosidade, incapacidade e desabilidade, e deve ser um eixo fundamental de intervenção, junto aos núcleos familiares, as redes sociais esgarçadas ou frágeis, os entornos sociais por onde essas pessoas circulam. Uma linha de pesquisa interessante é saber como gastam o dinheiro do rateio;
- b. é a necessidade satisfeita do consumidor pelo trabalho da Rede que transfere valor à mercadoria. A Rede deve ser um celeiro de investigação e fomento de identificação de necessidades locais e de formas de satisfazê-las, por meio de arranjos produtivos solidários, competentes e em cadeia;
- c. recusa-se o cenário onde não há processo participativo, entre todos os envolvidos nos projetos, de seleção para postos de trabalho, onde não existe regra para avaliar a necessidade da atividade econômica em conjunto com as necessidades dos trabalhadores porque assim, infere-se que o critério não é a atividade econômica;
- d. o processo de incubação necessariamente pressupõe uma projetualidade: como estamos, o que precisamos, para onde vamos, por quanto tempo ficamos aqui, qual o tamanho das nossas pernas, o que precisamos para crescer e nos emancipa porque os dados mostram que há uma profunda confusão entre o que é incubação, o que é trabalho e o que é clínica;
- e. há um desafio enorme a ser enfrentado aqui pela Rede, trabalhadores e gestores:

De um lado estão os trabalhadores que são os técnicos, voluntários, estudantes, que recebem seus proventos das instituições de origem, têm renda garantida, não precisam do negócio para sobreviver, trabalham com saúde mental e têm dificuldades para fazer a gestão de um negócio (muito trabalhoso), bem como mudar o rumo profissional, ainda que gostem de fazer o que fazem.

De outro lado estão os trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção, alguns têm medo que não dê certo e não querem arriscar perder o benefício, a Rede possibilita inserção social e pertencimento e ganhos imateriais advindos desses arranjos laborais e afetivos.

De qualquer forma, existe um lado e outro lado. E parece que há sempre o mesmo medo: medo que não dê certo e arriscar perder o que já se tem.

Esses atores não estão juntos, num só lado, o lado do negócio como forma de produção e reprodução social, como se constata na experiência das Cooperativas Sociais italianas.

Diante dessas considerações e teses propostas, recomenda-se:

- a. a efetiva consolidação das Redinhas locais como os legítimos representantes dos EES e que tal posição, por si, define a condição dessas organizações: independente e soberana;
- b. o fortalecimento do Cooperativismo Social como uma estratégia econômica de inclusão e ascensão social:
 - que os trabalhadores dos projetos (todos: profissionais, técnicos, trabalhadores que são usuários dos pontos de atenção, voluntários, estudantes) definam seus arranjos produtivos, façam escolhas e arrisquem um outro lugar no jogo produtivo;
 - que a Rede, que tem alto poder reabilitativo, produza coletivamente poder econômico ajudando identificar necessidades locais passíveis de serem satisfeitas pelo trabalho da Rede e com isso concretizar a possibilidade de produção e reprodução social dos envolvidos;
 - que os gestores locais, estaduais e do nível central estabeleçam concretamente condições políticas e estratégias de apoio, fortalecimento e financiamento este segmento da população brasileira.

Finalmente, os dados encontrados sobre a atividade econômica, faturamento, rateios, são muito assemelhados e reproduzem a pirâmide econômica brasileira e do mundo, em geral.

Esta é uma grande contradição e desafio a ser enfrentado pela Economia Solidária: romper a lógica que naturaliza as diferenças entre as classes sociais essenciais (proprietários de

meios de produção x proprietários da força de trabalho) e criar possibilidades reais de acesso para todo mundo aos bens materiais e imateriais acumulados pelo trabalho de toda a humanidade que trabalha.

O valor do trabalho analisado atinge a dimensão do trabalho relacionada ao conceito marxista da sociabilidade, do pertencimento, da cooperação e solidariedade, mas não responde à outra dimensão fundamental do trabalho, que é a reprodução social das pessoas.

Pode-se afirmar, por meio da análise dos dados, que os projetos que faturam nas faixas mais baixas têm alto poder reabilitativo, dado a persistência no tempo, mas não atingem dimensão do trabalho, segundo a compreensão marxiana, que é a da reprodução social, de responder aos custos da vida em relação: gastos com alimentação, transporte, segurança, lazer, cultura, educação, do trabalho que produz valor social.

Referências

1. Aranha e Silva AL. A construção de um projeto de extensão universitária no contexto das políticas públicas: saúde mental e economia solidária [tese] Livre-Docência. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2012.
2. Aranha e Silva AL. Projeto de Pesquisa: Rede de Economia Solidária e Saúde Mental. Edital NCTM/CNPQ/CT- Saúde/MS/SCTIE/DECIT nº 003/2008.
3. Aranha e Silva AL, Ballan C. Um projeto peripatético: os caminhos d'O Bar Bibitantã. In: VI Congreso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos, 2007, Buenos Aires. Anais, 2007.
4. Aranha e Silva AL, Barros ALM, Meola ME, Ballan C. O Bar Bibitantã: projeto de geração de trabalho e renda. In: X Congresso Latinoamericano de Medicina Social, IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, XIV Congress of de Internacional Association of Health Policy, 2007, Salvador. Equidade, Ética e Direito à Saúde: desafios à Saúde Coletiva na mundialização, 2007. v. 1. p. 2584.
5. Aranha e Silva AL, Barros ALM, Meola ME, Mota TD, Ballan C. O Bar Bibitantã: geração de projetos de vida, trabalho e renda. In: 5º Congreso Internacional Salud Mental y Derechos Humanos, 2006, Buenos Aires. Livro de programa, 2006.
6. Ballan C, Aranha e Silva AL. Um projeto peripatético: os caminhos d'O Bar Bibitantã. In: 11.ª Mostra de Monografias da EEUSP, 2007, São Paulo. Anais, 2007.
7. Ballan C. O livro das receitas d'O Bar Bibitantã: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no município de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2010.
8. Barros S, Bichaff R. Desafios para a desinstitucionalização: censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo. São Paulo: FUNDAP: Secretaria da Saúde, 2008. 170p.
9. Basaglia F. La condena de ser loco y pobre – alternativas al manicômio. 1 Ed. Buenos Aires: Topiá; 2008.
10. Borda OF. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão CR. Pesquisa Participante. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense; 1986.
11. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Legislação em Saúde Mental 1990 – 2004. 5a edição ampliada. Série E. Legislação de Saúde. Brasília – DF; 2004.
12. Brasil. Ministério de Saúde. Saúde Mental. Dados sobre geração de renda. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33931&janela=1 Acesso: 15.03.2012
13. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: SENAES; 2006.
14. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm
15. Conferência Temática sobre Cooperativismo Social. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33931&janela=1 Acesso em 17.03.2012.
16. Culti MN. Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo. Revista PROPOSTA, Publicação da FASE, Jan/Mar , ano 31, nº 111, 2007.

17. Freire P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão CR. (org) Pesquisa Participante. 6 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. p. 34-41.
18. Freire P. Extensão ou comunicação? 13 ed. São Paulo: Paz e Terra; 2006.
19. Heller A. Teoria de las necesidades en Marx. 2. ed. Barcelona, Península, 1986.
20. Heller A. O cotidiano e a história. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
21. Lei Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais (52). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm Acesso 17.03.2012.
22. Magri MM, Aranha e Silva AL, Barros ALM, Meola ME, Ballan C. Inserção no trabalho de pessoas em desvantagem social: O Bar Bibitantã. In: VI Congreso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos, 2007, Buenos Aires. Anais, 2007.
23. Magri MM. A construção do direito ao trabalho no campo da saúde mental e a Economia Solidária. [monografia]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2008.
24. Monteiro de Barros AL. Cuidar em liberdade: o cuidado em saúde mental de usuário cumprindo medida de segurança em CAPS III. [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2013.
25. Marx K. O capital: crítica da economia política. São Paulo, Nova Cultural, 1988a, v. 1 (Os economistas).
26. Mota TD, Aranha e Silva AL. As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental. In: X Congresso Latinoamericano de Medicina Social, IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, XIV Congress of de Internacional Association of Health Policy, 2007, Salvador. Equidade, Ética, e Direito à Saúde: desafios à Saúde Coletiva na mundialização, 2007. v. 1. p. 2407.
27. Mota TD, Aranha e Silva AL. Necessidades de Saúde. In: 5º Congreso Internacional Salud Mental y Derechos Humanos, 2006, Buenos Aires. Livro de programa, 2006.
28. Mota TD. As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-20042007-101132/> 17-12-2007, 14284 bytes
29. Oliveira MD de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: Brandão CR. (org) Pesquisa Participante. 6 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. p. 17-33.
30. Paro VH. Administração escolar: introdução crítica. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1988.
31. Pujol ALS. Estudo sobre o impacto do exercício do trabalho solidário na vida de usuários de serviços públicos de saúde mental: a experiência d'O Bar Bibitantã [monografia]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2011.
32. Saito AD. A complexa passagem d'O Bar Bibitantã: de projeto de geração de trabalho e renda à proto-cooperativa social [monografia]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2012.
33. Singer P. Economia solidária. Estud. av. vol. [Internet]. 2008 [citado 2012 mar. 22]; 22(62):289-314. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>
34. Singer P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.